

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 32

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES
ANFIP

Defasagem prejudica contribuintes com menores salários.....4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tarifa de luz sobe e pressiona inflação.....5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal em maio é a maior para o mês em 27 anos.....6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com essa reforma do IR, a casa cai (2).....7

O GLOBO - RJ - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

No centro de uma próspera rede de contatos e denúncias.....8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: Alterações terão de ser compensadas, diz secretário da Receita.....10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alíquota do IRPJ poderá diminuir em 2022.....12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vazamento de dados do INSS vai parar na Justiça.....13

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pequeno alívio (3).....14

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta do governo atualiza tabela do IR, mas limita desconto simplificado.....15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Limite em declaração do IR afeta 2 milhões.....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo central voltam a fechar com déficit.....19

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Meu INSS passa a permitir prova de vida por biometria.....20

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Dinheiro na hora após provar vida na internet.....21

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO
SEGURIDADE SOCIAL

FGTS começa a ser pago para quem aderiu ao saque-aniversário.....22

Quarta-Feira, 30 de Junho de 2021

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo central fecha maio com déficit.....23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Câmara aprova LDO em 2º turno.....25

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PGR questiona quadro suplementar.....27

MEIO NORTE - TERESINA - PI - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Governadores têm audiência com Gilmar.....28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai processar senadores da CPI por abuso de autoridade - BRASÍLIA - DF.....29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer usar R\$ 20 bi de mudança tributária em novo programa social.....30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

É um retrocesso e favorece a sonegação.....31

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pagamento em dinheiro pelo WhatsApp liberado - GIRO RÁPIDO.....32

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária abre espaço para governo ampliar receita.....33

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

OAB pede que tributação de dividendos da reforma não atinja profissional libera.....34

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Restituição do IR deve diminuir se reforma do governo for aprovada.....35

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com reforma tributária, que setores vão ter mais ganhos e perdas na Bolsa?.....36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Covid-19 diminui a expectativa de vida.....38

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mal parada (3).....40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumento da conta de luz deve estourar teto da inflação em 2021.....41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contas do governo federal ficam no vermelho após dois meses de superávit.....43

Quarta-Feira, 30 de Junho de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aneel reajusta taxa extra de energia em 52% e já prepara novo aumento..... 44

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

ISS incide na base da CPRB, diz STF..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O mérito de uma terceira via (2)..... 47

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - CAPA
ECONOMIA

Conta de luz sobe e puxa mais aumentos..... 48

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - CULTURA
ECONOMIA

"Esse debate de comunismo é superado"..... 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

FGTS: Trabalhadores receberão R\$ 5,9 bi de lucro..... 50

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
ECONOMIA

Paulo Guedes destila preconceitos e maldades contra quem tem fome (2)..... 51

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Crise hídrica e o efeito nas finanças pessoais (2)..... 52

O GLOBO - RJ - PAÍS
POLÍTICA

Relatora quer fim de cota para candidatas mulheres..... 53

Defasagem prejudica contribuintes com menores salários

Problema antigo e conhecido, a defasagem na atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) prejudica diretamente quem ganha menos. Hoje, mais de 11 milhões de contribuintes que pagam o imposto estariam isentos caso fosse aplicada a correção integral da defasagem, que acontece desde 1996, segundo dados de um estudo da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unaisco).

O mesmo estudo aponta que, caso tivesse interesse em cumprir a promessa de campanha de não aumentar a carga tributária dos trabalhadores, o atual presidente Jair Bolsonaro teria que realizar um reajuste de 7,39% na tabela, o que teria um custo de R\$ 13,5 bilhões.

E a consequência dessa falta de correção é direta, com contribuintes que deveriam estar isentos, mas acabam pagando o imposto.

Segundo o advogado especializado em Direito Tributário, Empresarial e Contabilidade e sócio do escritório Peccini Neto Advocacia, Ângelo Peccini Neto, a forma justa seria a correção a partir de índices atualizados. "Temos uma defasagem imensa, de décadas, que prejudica notadamente os contribuintes de baixa renda, em virtude da proporcionalidade do pagamento.

Hoje, quem recebe acima de R\$ 1.903,98 deve realizar a declaração. Com uma atualização básica da tabela, a obrigatoriedade seria apenas para quem recebesse acima de R\$ 4.022,89", exemplifica.

Para uma justiça tributária efetiva, diz, a correção na tabela do IR deveria acontecer de forma imediata, mas algumas alterações significativas já poderiam acontecer para 2022. "Temos dois cenários: ou uma atualização imediata, capaz de trazer um impacto imenso e uma grande parte da população não precisará mais pagar o IR, ou um aumento das possibilidades de deduções, que permitiria um abatimento do que é pago anualmente para o Fisco", sugere.

O fato de uma grande parte da população estar declarando IR e pagando por ele, quando na verdade não deveria, pode até ser questionado na Justiça. "Afinal de contas, essa atualização é dever do Fisco

(União), que além de não fazer, ainda se beneficia diretamente com isso", aponta.

Site: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/edicao%20\(84\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/edicao%20(84).pdf)

Tarifa de luz sobe e pressiona inflação

Israel Medeiros**Fernanda Fernandes**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu, ontem, aumentar as bandeiras tarifárias - as sobretaxas cobradas na conta de luz. A bandeira vermelha patamar 2, a mais cara, que passou a incidir neste mês, teve o maior reajuste, de 52%, e passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 por 100 kW/h consumidos. O novo preço valerá a partir das faturas de julho. Com o aumento, especialistas apontam que, em média, o custo da energia para o consumidor deve subir 5% em julho. A alta, contudo, varia de acordo com o padrão de consumo. As bandeiras tarifárias variam de acordo com a dificuldade e o custo para geração de energia. Com a crise hídrica que atinge fortemente as regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde estão as principais bacias hidrográficas e usinas hidrelétricas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem acionado cada vez mais usinas térmicas, mais caras, para garantir o abastecimento. Segundo o ONS, a participação de termelétricas em 2020 foi de 25,3% do total de energia gerada, com 11.961 megawatts (MW). Este ano, em janeiro, antes da crise hídrica, já eram 13.436 MW. De acordo com a decisão da Aneel, a bandeira vermelha patamar 1 foi para R\$ 3,971 e a bandeira amarela subiu para R\$ 1,84. A bandeira verde não implica aumento tarifário, porque indica que as condições para geração de energia estão favoráveis.

"A curto prazo, não há muito o que fazer. Ficamos dependentes (das termelétricas), e existe impacto no preço, que acaba sendo repassado para o consumidor e nos produtos em geral", afirmou Joelson Sampaio, coordenador do curso de economia da FGV/SP.

Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, ressaltou que o item "energia elétrica residencial" representa o segundo maior peso no IPCA (4,24%). "A alta acumulada de 11,63% nos últimos 12 meses contribui para que o IPCA (8,06% em 12 meses) continue superando o teto da meta para 2021 (5,25%)", afirma.

Caso a bandeira vermelha II seja reajustada para R\$ 11 (o que pode acontecer em agosto, segundo consulta pública aberta pela Aneel), essa alteração, segundo Oliveira, terá impacto adicional de 0,30 ponto percentual no IPCA. Ele acredita que as bandeiras tarifárias são importantes para incentivar a economia de energia, mas afirma que o gasto a mais para o consumidor pode atrasar a recuperação econômica do país.

O economista projeta **inflação** acima da meta no fim de 2021. "A nossa projeção para 2021 já considerava um reajuste tarifário na bandeira 2 e está em 6,20%. Após esse reajuste, considerando que os custos da conta de luz podem espalhar uma alta para outros segmentos, é ainda mais improvável que a **inflação** feche dentro da meta", comentou.

Em abril, o grupo "habitação" IPCA, que compreende gastos com energia elétrica, registrou variação de 0,22%. Em maio, devido à alta de 5,37% na conta de energia com a bandeira vermelha patamar 1, essa variação foi oito vezes maior, registrando 1,78%. No índice geral, a **inflação** pulou de 0,31% em abril para 0,83% em maio - a maior taxa para o mês em 25 anos. Com isso, o índice acumula alta de 3,22% no ano e de 8,06% nos últimos 12 meses, segundo dados do IBGE. Josilmar Cordenonssi, professor de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, observa que, com a pressão inflacionária, o Banco Central deve continuar elevando a taxa básica de juros, a Selic, na tentativa de conter a disseminação dos reajustes de preços. "O BC vai ter que aumentar juros para conter o efeito indireto, para que a **inflação** não se espalhe", avaliou Cordenonssi. "A taxa de juros alta começa a inibir a economia. Setores sensíveis ao crédito podem ser prejudicados, como o imobiliário", explicou.

Arrecadação é recorde

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 142 bilhões em maio, o maior valor para o mês na série histórica da **Receita Federal**, que teve início em 1995. O resultado representa um aumento real (descontada a **inflação**) de 70% na comparação com o mesmo mês de 2020, quando a economia brasileira sofria fortemente os efeitos da pandemia e muitas atividades fecharam para tentar conter a propagação do vírus. No acumulado do ano até maio, a arrecadação federal somou R\$ 744,8 bilhões, também o maior volume para o período da série histórica. O montante ainda representa um aumento real de 21% na comparação com os primeiros cinco meses do ano passado.

Arrecadação federal em maio é a maior para o mês em 27 anos

Bernardo Caram *brasilíia*

A arrecadação federal atingiu R\$ 142,1 bilhões em maio, melhor resultado para o mês da série histórica do governo, iniciada em 1995.

Na comparação com o mesmo mês de 2020, a alta foi de 69,9%, já descontada a inflação do período. Mesmo em relação a abril de 2019, antes da pandemia do coronavírus, a comparação mostra um resultado 14% melhor.

O dado acumulado de janeiro a maio também é recorde. A arrecadação somou R\$ 744,8 bilhões -alta de 21%.

A partir de março de 2020, com o início da crise sanitária, cidades aplicaram medidas restritivas e de distanciamento social com o objetivo de minimizar a disseminação do vírus.

Além dessas ações, o governo adiou os prazos de vencimento de tributos para aliviar o caixa das empresas.

Neste ano, a taxa de distanciamento social está menor. O número de impostos adiados foi mais baixo, e a quantidade de empresas que optaram pela suspensão de pagamento também foi reduzido.

Por causa desses fatores, a base de comparação com 2020 é muito baixa, o que explica a diferença expressiva dos resultados para o mês.

O ministro Paulo Guedes (Economia) participou da apresentação dos números, feita pela Receita Federal, mas não respondeu a perguntas de jornalistas. Segundo ele, a atividade continua surpreendendo favoravelmente. "A economia brasileira está realmente em pé novamente, todos os setores estão avançando em marcha e arrecadando mais. É inequívoco que o Brasil já se levantou", disse.

Entre os principais pontos que explicam o impulso nas receitas está uma elevação de 83,4% nos pagamentos de IR da Pessoa Jurídica e de Contribuição sobre o Lucro Líquido.

Normalmente, esses tributos caem com maior intensidade em momentos de crise e sobem mais

fortemente em situações de recuperação. Além disso, houve um recolhimento extraordinário de R\$ 4 bilhões desses tributos no mês.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49574>

Com essa reforma do IR, a casa cai (2)

Helio Beltrão Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Proposta de Paulo Guedes inibe investimento, ataca emprego e corrói renda

Investidores e empreendedores reagiram mal ao saco de maldades da infame "reforma tributária" confeccionada pelo Ministro da Economia. É mais uma reforma com puro intuito arrecadatório, indistinguível das que o brasileiro amargou nos últimos 30 anos.

A reforma de 2003, por exemplo, foi vendida como "mais justa", "neutra". A promessa era extinguir a incidência perversa em cascata do PIS e Cofins, compensando com uma elevação da alíquota de 3,65% para 9,25%. A Receita Federal afirmou à época que suas contas demonstravam que não haveria aumento de carga tributária. Poucos se surpreenderam com o aumento brutal de arrecadação de PIS e Cofins já a partir do ano seguinte. A planilha da Receita aceita tudo, desde que beneficie a máquina estatal.

Os pretextos de venda da abjeta reforma de Guedes são os mesmos, com o populismo adicional de que taxará ainda mais "o rico", o perene vilão. Ao contrário, a taxaçaõ aumenta dramaticamente sobre a atividade empresarial e atingirá em cheio o pequeno, com a criação de mais um imposto que se soma aos mais de 80 impostos e contribuições atuais: o imposto sobre dividendos.

A carga tributária sobre as empresas é de 34% atualmente, maior que a de todos os 38 países-membros da OCDE, o grupo de países desenvolvidos. A carga pode ultrapassar 49%, se a vontade do ministro prosperar. Já afirmou que a alíquota de 20% para dividendos é "bastante moderada".

Em vez de estimular a atividade produtiva, Guedes pretende punir empreendedores e investidores. Porém, os estudos indicam que o aumento de taxaçaõ sobre a empresa reduz primordialmente os salários e o nível de emprego da empresa e de sua cadeia. O resultado, que Guedes bem conhece, é a diminuição global do investimento, do emprego e da renda. Não é propriamente uma surpresa: os recursos saem da sociedade para o buraco negro do governo.

Uma reforma decente pressupõe melhorar o país. Ninguém reforma nada para piorar a situação. Se não

for para gerar crescimento econômico, para que fazê-la? Ruim sem a reforma, pior ainda com ela, que nem o mérito de simplificação possui. Não podemos esquecer o risco de o Congresso deteriorá-la ainda mais, como foi no caso do exorbitante preço cobrado para aprovar a privatização da Eletrobras.

Guedes -que não consultou os liberais no governo e muito menos sua base na sociedade- prometeu ao assumir que jamais aumentaria ou criaria impostos. Também prometeu redução de alíquotas, induzindo crescimento sem comprometer a arrecadação global. Em uma surpreendente reviravolta, pode virar herói de adeptos de Mercadante, Chauí e Maria da Conceição Tavares.

A parte boa da reforma, a correção da tabela do IR de pessoas físicas, é uma migalha de compensação. Hoje, quem ganha dois salários-mínimos está obrigado a declarar e recolher IR. A proposta de correção da tabela é de isentar rendimentos de até R\$ 2.500 mensais. Aplicado o critério do ano 2000, a isenção deveria ir para R\$ 6.500. É importante notar que o mesquinho aumento da isenção é do interesse da própria Receita Federal, que não consegue tributar o brasileiro que ganha menos de dois salários-mínimos.

Guedes pode ter lá suas racionalizações para justificar a tomada do dinheiro pelo estado (não privatizou, os gastos aumentaram, e precisa lidar com o déficit), mas bem sabe que com essa reforma, cai o investimento, cai o nível de emprego e de renda.

Um dos pilares de sustentação do governo tem sido o minguante apoio dos liberais - a saída de Salim Mattar e Paulo Uebel marcou o início do distanciamento. Agora Guedes trai o apoio que lhe sobrava em prol de satisfazer a Receita Federal.

Com essa reforma, a casa cai.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49574>

No centro de uma próspera rede de contatos e denúncias

AGUIRRE TALENTO, LEANDRO PRAZERES, PAULO CAPPELLI opais@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

PERFIL: Francisco Maximiano / empresário

Na mira da CPI da Covid por intermediar a compra da vacina indiana Covaxin junto ao Ministério da Saúde, o empresário Francisco Emerson Maximiano ascendeu nos negócios graças a uma ampla rede de contatos, que vai do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) a integrantes do PT. Sua ficha corrida é extensa: ele já foi alvo de investigações envolvendo negócios com os Correios, a Petrobras, o governo do Distrito Federal e o próprio Ministério da Saúde. A defesa de Maximiano nega qualquer irregularidade.

Antes de ser alvo da CPI, Maximiano já estava sob investigação da Polícia Federal em Brasília desde o início deste ano por suspeitas de pagamento de propina envolvendo um contrato dos Correios. Em fevereiro, a PF determinou sua intimação para prestar depoimento.

Dentro desse inquérito, a **Receita Federal** fez uma devassa nas finanças do empresário e identificou um dado importante: ele movimentou (créditos e débitos) R\$ 22 milhões entre 2013 e 2015, período em que declarou rendimentos de apenas R\$ 523 mil. Essa discrepância de valores foi classificada pela Receita como "nitidamente incompatível", já que a movimentação representa mais de 40 vezes o rendimento informado ao Fisco.

AUMENTO DE PATRIMÔNIO

Os auditores fiscais também apontaram "variação patrimonial a descoberto", ou seja, aumento no patrimônio sem que tivesse lastro financeiro para tal.

Durante a gestão Bolsonaro, o empresário construiu pontes com o filho mais velho do presidente, Flávio. Ele buscou a ajuda do 01 para conseguir uma reunião com o mandatário do BNDES, Gustavo Montezano, realizada em 13 de outubro de 2020. Flávio apareceu como participante da audiência, na qual Maximiano pleiteou recursos do banco para uma empresa sua.

- Conheci (Maximiano) aqui em Brasília, depois que me elegi senador. Fomos apresentados por amigos em comum, mas não lembro exatamente o contexto.

Estive com ele duas ou três vezes. Não tenho relação comercial nem empresarial com ele -afirmou Flávio.

A cronologia dos negócios de Maximiano com o governo federal mostra que ele também foi capaz de conquistar contatos valiosos durante o governo de Michel **Temer** (2016 a 2018). Em 2017, a Global Gestão em Saúde, do qual ele era sócio, foi contratada pelo Ministério da Saúde para fornecer medicamentos para doenças raras. À época, o ministro da Saúde era o atual líder do governo na Câmara, Ricardo Barros. O Ministério Público Federal constatou que a Global recebeu R\$ 19 milhões de forma adiantada e não entregou os remédios. O MPF entrou com uma ação de improbidade contra Barros, a Global e outras quatro pessoas. Barros nega ter participado irregularidades no caso.

Com bons canais estabelecidos em Brasília, Maximiano aproveitou a pandemia da Covid-19 para fazer negócios. Foi assim que outra empresa sua, a Precisa Medicamentos, fechou contrato com o governo do Distrito Federal para fornecer kits de testes para detecção da Covid-19.

Conhecido nos bastidores de Brasília como Max, o empresário começou a fechar negócios relevantes com o poder público a partir de uma relação com integrantes do PT. Em 2016, porém, acabou delatado pelo ex-vereador de Americana (SP) Alexandre Romano (PT). O parlamentar afirmou que repassava pagamentos ilícitos de Maximiano a um diretor dos Correios, para viabilizar a contratação de uma empresa de Max, Global Gestão em Saúde.

A negociata, segundo o delator, garantiu à Global um contrato para fornecer uma espécie de vale-medicamento aos funcionários dos Correios. O servidor pagava um valor mensal e, com isso, teria descontos para comprar remédios em farmácias. A empresa de Maximiano recebeu R\$ 62 milhões da Postal Saúde, o plano de saúde dos Correios, para prestar o serviço.

O PT afirmou, em nota, que "qualquer tentativa de relacionar o PT aos escândalos de Bolsonaro e seus aliados, além de contrariar a lógica e os fatos, significa lançar confusão nas investigações sobre os gravíssimos episódios que estão sendo investigados na CPI." Essa investigação começou no Ministério

Público Federal em São Paulo, mas parte dela foi enviada à PF de Brasília no início deste ano. Na ocasião, os investigadores detectaram que Maximiano fez pagamentos a um lobista de Brasília que tinha relação com parlamentares do Congresso Nacional. Por isso, a PF decidiu ouvi-lo para saber se os repasses envolviam acertos de propina.

Um contrato semelhante ao dos Correios também foi fechado por Maximiano com a Petrobras, em 2015, no valor de R\$ 549 milhões. A estatal, porém, rescindiu o acordo por entender que o programa de medicamentos continha falhas. A Petrobras multou a Global em R\$ 2,3 milhões e a proibiu de firmar novos contratos.

A Operação Falso Negativo, deflagrada no ano passado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), detectou indícios de superfaturamento e fez busca e apreensão na empresa. Maximiano não chegou a ser denunciado. Segundo o MPDFT, as suspeitas envolvendo a Precisa fazem parte de "uma outra vertente de investigação" que atualmente tramita na Justiça Federal.

Por meio de sua assessoria, Maximiano negou o envolvimento com irregularidades nas investigações citadas. Sobre o caso delatado por Romano, afirmou: "Trata-se de uma delação mentirosa em um inquérito que se arrasta há mais de seis anos, sem quaisquer indícios de irregularidades. Francisco Maximiano não foi indiciado, muito menos denunciado pelas autoridades em razão das acusações infundadas por parte de Alexandre Romano".

Flávio Bolsonaro intermediou reunião de Maximiano com o BNDES

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IR: Alterações terão de ser compensadas, diz secretário da Receita

FERNANDA TRISOTTO E MANOEL VENTURA *economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

O secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto, disse ao GLOBO que qualquer alteração feita no projeto que altera regras do Imposto de Renda precisará ser compensada pelo Congresso. Apresentado na semana passada, o texto é alvo de críticas diante da possibilidade de aumentar a carga tributária das empresas. A proposta reajusta a tabela do IR, aumentando o número de pessoas isentas, mas limita a possibilidade da declaração simplificada, que permite desconto de 20% na base de cálculo, a uma renda anual de R\$ 40 mil. Além disso, cria alíquota de 20% sobre lucros e dividendos. A Câmara já discute alterar esse ponto.

Redução de cinco pontos do IRPJ em 2022

"O ministro Paulo Guedes fez a proposta e nós estamos ainda fazendo a análise e estimativa de impactos e possibilidades.

Ainda não temos esses números fechados para responder objetivamente qual é o impacto dessa antecipação, se é viável ou não dentro do contexto, porque o projeto foi concebido para ter resultado líquido equilibrado. Ou seja, as medidas que geram aumento de arrecadação devem ser utilizadas para compensar medidas que geram redução de arrecadação."

Críticas de empresas

"Nós estamos reduzindo a alíquota do IRPJ e eliminando a isenção da distribuição do dividendo na pessoa física. O ônus desse imposto sobre dividendos é sobre a pessoa física do sócio. Portanto, não há que se confundir a carga tributária da pessoa jurídica da nova incidência tributária que vai recair sobre a pessoa física. Essa mistura é indevida. Por exemplo, se a pessoa jurídica não distribuir o dividendo e resolver se capitalizar, essa capitalização não sofrerá nenhuma incidência. Essa tributação que está sendo estabelecida é caso venha a distribuir o dividendo, e se distribuir, quem vai sofrer a incidência é o sócio de pessoa física."

Alterações pelo Congresso

"O projeto foi concebido para ter um efeito fiscal equilibrado. Se houver alteração -naturalmente é prerrogativa do Congresso discutir e promover mudanças -, nós teremos que discutir e avaliar o impacto. Se houver alterações que reduzam os ganhos do projeto ou que aumentem os custos e as desonerações, isso terá que ser reavaliado. O que está lá, está concebido para ser equilibrado. Se reduzir a alíquota de tributação dos dividendos, reduz o ganho de arrecadação do projeto. Portanto, precisará de alguma outra compensação que propicie a reposição desse ganho perdido. Se houver alteração no limite de isenção, aumentará as perdas de arrecadação do projeto. Então, também, do mesmo modo, exigirá algum ajuste compensatório."

Ganho de arrecadação de R\$ 900 milhões em 2022

"O ganho é absolutamente insignificante em relação ao total das medidas e está estritamente dentro da margem de segurança das estimativas. Essa diferença pequena, positiva, é em função da necessidade do projeto não poder ser negativo. Se ele fosse negativo, ele não poderia ser encaminhado."

Desconto simplificado

"Já existe limite para o desconto simplificado, de pouco mais de R\$ 16 mil. O que nós estamos fazendo é um ajuste nesse limite. Hoje, rendas acima de R\$ 80 mil não têm como deduzir os 20% na legislação, porque o limite é de R\$ 16 mil. Estamos reduzindo esse limite para focar e deixar esse desconto simplificado exclusivamente para as faixas inferiores, mais baixas de renda. Essa faixa entre R\$ 40 mil e R\$ 70 mil está tendo uma redução significativa na tabela. Ele não terá o desconto simplificado, mas terá uma redução significativa na tabela sem o prejuízo de poder usar todas as deduções que existem hoje.

O desconto simplificado não foi criado para ser um benefício. Ele foi criado para ser uma opção de simplificação na época em que a declaração era feita em papel. Quem tem uma renda de R\$ 5 mil por mês, ou seja, de R\$ 60 mil por ano, está tendo pela tabela uma redução de 25% no imposto e pode continuar usando as deduções hoje existentes. Não vejo como o fim do desconto simplificado para essa faixa possa significar aumento de carga."

CPMF e desoneração de folha de salários

"No momento, não está sendo considerado. São hipóteses, temas que já foram exaustivamente estudados, foram avaliados, mas que, no momento, estão sem serem considerados em um curto espaço de tempo em termos de encaminhamento. Desoneração da folha é um tema importante, e o ministro sempre atribui uma grande importância a essa possibilidade de reduzir os encargos sobre a folha, mas nosso foco nesse momento são essas medidas."

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Alíquota do IRPJ poderá diminuir em 2022

Brasília - O governo estuda alterar sua proposta de redução da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) para promover um corte de 5 pontos percentuais na taxa já em 2022, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Pelo projeto de **reforma tributária** apresentado pelo governo na última sexta-feira, a alíquota do IRPJ, que hoje é de 15%, cairia em 2,5 pontos em 2022, para 12,5%, e em mais 2,5 pontos no ano seguinte, para 10%.

"Estamos estudando se ao invés de 2,5 em um ano e 2,5 no outro de queda no IRPJ, nós podemos baixar 5% já, imediatamente, no ano que vem", disse Paulo Guedes em entrevista à imprensa para comentar dados divulgados pela **Receita Federal** que mostraram uma arrecadação recorde em maio. "Estamos fazendo os cálculos para baixar os 5 (pontos) exatamente para que esse aumento de arrecadação forte que está vindo aí desonere mais as empresas", disse Guedes.

Ele ressaltou que ganhos de arrecadação que sejam "cíclicos" não podem ser repassados, mas aqueles que sejam "estruturais e orgânicos", sim.

Com o segundo capítulo da proposta de **reforma tributária** apresentado na semana passada, o governo transmitiu três recados, disse Guedes: a decisão de reduzir a tributação sobre as empresas, a de tributar dividendos e a de reduzir o limite para a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), sob o entendimento de que o Brasil é um país de renda média baixa.

"Repito, não temos compromisso com erros eventuais de calibragem na dose desses movimentos, o importante é o que nós estamos sinalizando, menos **impostos** para as empresas, mais **impostos** para os rendimentos de capital, menos **impostos** para os assalariados, principalmente os salários baixos", disse o ministro.

Para Guedes, os dados da arrecadação de maio, que cresceu quase 70% sobre o mesmo mês de 2020 e foi recorde para o mês, mostram que a economia "está em pé novamente". (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-30-06-2021/>

Vazamento de dados do INSS vai parar na Justiça

O vazamento de dados de aposentados do **INSS** foi parar na Justiça. O Instituto de Defesa Coletiva questiona a eficiência do **INSS** e da Dataprev, responsável pelo processamento, em manter seguras as informações dos segurados. Segundo o IDC, 4 milhões de idosos estão superendividados.

Auxílio-inclusão entra em vigor no dia 19 de outubro

Auxílio-inclusão de R\$ 550 para pessoas com deficiência que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) e conseguirem emprego vai entrar em vigor em 1º de outubro. O Ministério da Cidadania confirmou o decreto, mas não deu a data de publicação,

Descontos de até 50% em dívidas com a Receita

Pessoas físicas, microempresas e outros, que tenham dívidas de até 60 salários mínimos (incluindo juros e multa) podem aderir ao programa da **Receita Federal** para quitar débitos com desconto de até 50%. O prazo abre amanhã.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Pequeno alívio (3)

A revisão da tabela do imposto de renda, pro messa realizada pelo então candidato à pre sidência da República Jair Bolsonaro, finalmente será apreciada pelo Congresso Nacional. A proposta do governo não amplia a faixa de isenção na mesma proporção alardeada durante a campanha - um período de faz de conta, quando tudo está resumido à mera manifestação da vontade política.

De todo modo, ajuda a corrigir uma distorção evidente.

De acordo com o projeto, a faixa de isenção passará de R\$ 1.900 para R\$ 2.500. Muitos, no entanto, serão beneficiados pela isenção. Para estes, a correção da tabela é um alívio. A última foi realizada em 2015.

A carga tributária sobre as costas do contribuinte brasileiro é das mais regressivas do mundo.

Aqui, o peso dos **impostos** é inversamente proporcional à renda do trabalhador: Quanto mais aquinhado, menos **tributos**. O imposto de renda deixa de ser, assim, um remédio contra a desigualdade. Antes, a amplia.

A reformulação proposta por Paulo Guedes não terá impacto suficiente para reverter o quadro de injustiça fiscal aqui descrito. Segundo cálculo do Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**, para compensar a falta de correções durante um intervalo tão prolongado, a isenção ideal hoje seria de R\$ 4.022, e não R\$ 2.500. Uma revisão meia boca como a proposta agora não passa, portanto, de mero aceno eleitoral.

Proposta do governo atualiza tabela do IR, mas limita desconto simplificado

A segunda fase da **reforma tributária** apresentada pelo Poder Executivo propõe mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos financeiros.

Somente com a atualização da tabela do IR, que reajusta a faixa de isenção de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 mensais, o governo estima que o número de pessoas isentas aumentará em 5,6 milhões, passando de 10,7 milhões para 16,3 milhões. Ou seja, metade dos atuais declarantes, que somam 31 milhões de pessoas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, entregou a proposta nesta sexta-feira ao presidente da Câmara, Arthur Lira.

Em entrevista coletiva, o secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, destacou que todos os contribuintes serão beneficiados, com o reajuste de todas as faixas da tabela do IRPF. "A redução tributária vai aumentar a disponibilidade de recursos para parte importante da população", espera.

Declaração simplificada - Entre as iniciativas para aumentar a arrecadação, a proposta do Executivo vai limitar a opção de declaração simplificada, que permite desconto de 20% no IRPF. A declaração simplificada será mantida apenas a quem recebe até R\$ 40 mil por ano.

O governo espera que a medida estimule o contribuinte a pedir notas fiscais para obter descontos na declaração completa.

Com o fim do desconto simplificado, o Ministério da Economia projeta um aumento de arrecadação de R\$ 9,98 bilhões somente em 2022, chegando a R\$ 11,48 bilhões em 2024.

Imóveis - A proposta também permite a atualização do valor dos imóveis declarados. Atualmente, os imóveis são mantidos pelo valor original, e o cidadão precisa pagar entre 15% e 22,5% de imposto sobre o ganho de capital. Os proprietários poderão atualizar os valores patrimoniais com incidência de apenas 5% de imposto sobre a diferença. O prazo para adesão e pagamento do imposto será de janeiro a abril de 2022.

Lucros e dividendos - A proposta ainda muda a

distribuição de lucros e dividendos para pessoas físicas, que atualmente são isentas. Haverá tributação de 20% na fonte. Microempresas e empresas de pequeno porte serão isentas para lucros e dividendos de até R\$ 20 mil por mês.

Com a mudança nos lucros e dividendos, o governo espera aumentar a arrecadação em R\$ 18,53 bilhões em 2022, R\$ 54,9 bilhões em 2023 e R\$ 58,15 bilhões em 2024.

Empresas - A alíquota geral do Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (IRPJ) será reduzida dos atuais 15% para 12,5%, em 2022, e 10%, a partir de 2023. O adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil por mês permanece. "A ideia principal é reduzir a tributação das empresas para aumentar competitividade e geração de postos de trabalho. Com a redução da alíquota, o Brasil se aproxima da média da tributação dos países da OCDE", observou o subsecretário de Tributação e Contencioso, Sandro de Vargas Serpa.

A proposta também muda a remuneração de executivos com bônus em ações. Pagamentos de gratificações e participação nos resultados aos sócios e dirigentes feitos com ações da empresa não poderão ser deduzidos como despesas operacionais. Também não será mais permitido deduzir juros sobre o capital próprio. Reorganização e alienações - Também há novas regras para a reorganização de empresas e tributação do ganho de capital na venda de participações societárias. O Ministério da Economia avalia que as reorganizações empresariais são, muitas vezes, utilizadas como forma para pagar menos **impostos**, e a medida visa evitar abusos e deduções indevidas. "Isso evita abusos que estão gerando contencioso", apontou Serpa.

Apuração e simplificação - A proposta ainda apresenta mudanças na apuração do IRPJ e CSSL, que passará a ser somente trimestral. Hoje, há duas opções: trimestral e anual. Empresas com tributação anual precisam apurar e pagar estimativas mensalmente. De acordo com a proposta, será permitido compensar 100% do prejuízo de um trimestre nos três seguintes.

"As estimativas mensais dão muito trabalho para as empresas e podem gerar dificuldade de caixa por causa da sazonalidade.

A apuração trimestral vai dar reforço de caixa para as empresas", afirmou Serpa.

Além de uniformizar os regimes de tributação das empresas, a proposta simplifica e aproxima as bases de cálculo de IRPJ e CSLL. "Hoje, uma empresa precisa ter dois registros muito diferentes para apurar **tributos** com bases semelhantes.

Isso é custo para as empresas", observa Serpa.

Investimentos financeiros - A proposta também simplifica a tributação de IR em operações em Bolsa de Valores, cuja apuração passa a ser trimestral no lugar de mensal. A expectativa é que o prazo alongado melhore a capacidade financeira de investidores. A proposta ainda acaba com a diferença de alíquotas de acordo com o título negociado.

Atualmente, as alíquotas são de 15%, para mercados à vista, à termo, de opções e de futuros, e de 20%, para day trade e cotas de FII. Com a mudança, a alíquota será de 15% para todos os mercados.

Os ativos de renda fixa (Tesouro Direto e CDB) terão a mesma alíquota única de 15%.

A proposta acaba com o atual escalonamento em que a alíquota varia de acordo com o tempo de duração da aplicação, entre 22,5%, para investimentos de até 180 dias, a 15%, para aplicações acima de 720 dias.

Fundos abertos terão alíquota única de 15%, também acabando com o escalonamento de 22,5% a 15% em função da duração da aplicação. Outra medida para esses fundos é o fim do "come-cotas" de maio, mantendo apenas o de novembro.

Os rendimentos produzidos até 31 de dezembro de 2021 serão tributados pela alíquota vigente nesta data.

Fundos fechados (multimercados) terão alíquota única de 15% e mesmo tratamento dos fundos abertos para "come-cotas", com pagamento em novembro. "Há poucos investidores de recursos bilionários nestes fundos. Pela distorção, não pagam antecipação.

Com a reforma, esses fundos exclusivos passam a pagar como os demais", compara Mombelli.

Limite em declaração do IR afeta 2 milhões

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A limitação do uso da declaração simplificada na proposta do governo para a reformulação do Imposto de Renda da Pessoa Física pode afetar negativamente a renda de dois milhões de contribuintes, de um total de 17,4 milhões que hoje usam esse desconto padrão para pagar menos imposto.

Esse é o contingente de potenciais perdedores com a mudança e que têm renda tributável acima de R\$ 66 mil por ano, segundo simulações feitas pelos economistas Sergio Gobetti e Rodrigo Orair com base nos dados da declaração do IRPF disponibilizados pela Receita.

Cerca de oito milhões de contribuintes com renda acima de R\$ 40 mil por ano usam o desconto simplificado, mas nem todos perdem com a mudança proposta pelo governo quando considerado, conjuntamente, o efeito da correção da tabela.

Pelo projeto do Ministério da Economia encaminhado na semana passada ao Congresso, quem ganha acima de R\$ 40 mil por ano não poderá mais utilizar a declaração simplificada. Esse tipo de declaração garante hoje um desconto de 20% na base de cálculo do imposto, limitado a R\$ 16,8 mil.

A justificativa da equipe econômica para a mudança é que o desconto foi criado para facilitar o preenchimento da declaração numa época em que o documento era feito apenas em papel. Na prática, o governo tem um ganho de receitas com a medida, que será usado para compensar em parte a perda de arrecadação com a correção da faixa de isenção (de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil) e das demais faixas de renda da tabela do IRPF.

Quem tiver renda entre R\$ 40 mil e R\$ 66 mil vai perder o benefício do uso da declaração simplificada, mas as simulações apontam que o ganho com a correção da tabela será sempre superior a essa perda.

Segundo Gobetti, o efeito líquido das mudanças sobre cada contribuinte vai depender das deduções que cada um poderá utilizar ao migrar para a declaração completa, como gastos com plano de saúde e desconto por dependente, além da contribuição oficial à **Previdência Social**.

Aqueles contribuintes que ganham acima de R\$ 66 mil e só têm a contribuição previdência para abater vão

pagar cerca de R\$ 570 a mais por ano. Esse contribuinte deixa de pagar R\$ 1.702 com a correção da tabela, mas vai pagar mais R\$ 2.272 de imposto por não poder mais usar o desconto simplificado. O saldo líquido é, portanto, de R\$ 570 a mais de imposto do que hoje.

Se esse contribuinte tiver um plano de saúde e dependentes, porém, a perda deverá ser neutralizada.

Uma simulação feita com um pessoa que ganha R\$ 100 mil, com plano de saúde, dependente e desconto ao **INSS** indica uma redução de R\$ 1.046 no imposto a pagar, visto que a perda da possibilidade de usar a dedução simplificada será pequena em comparação ao ganho com a correção.

Cenário. Os dois economistas reconhecem problemas no desenho da reforma e na calibragem de algumas alíquotas, mas dizem que seu efeito global é redistributivo, na medida em que os assalariados serão desonerados, enquanto recebedores de lucros e dividendos com renda superior a R\$ 240 mil anuais serão mais tributados na comparação com o cenário atual. "Esses dois milhões de contribuintes estão situados entre os 7% mais ricos. Perdem aqueles que só tenham a contribuição ao **INSS** para deduzir", diz Orair. Segundo ele, se tiver pelo menos um dependente ou qualquer dedução equivalente, passa a ganhar em qualquer faixa salarial. Por isso, é melhor qualificar o objetivo da reforma de fazer "média com a família de classe média".

De acordo com suas estimativas, cerca de 500 mil dos 3,5 milhões de recebedores atuais de dividendos passarão a ser tributados.

Os demais permanecerão isentos por causa da proposta de isentar dividendos de até R\$ 20 mil mensais.

Além disso, segundo cálculos do governo, 5,6 milhões de contribuintes deixarão de pagar o IRPF, formando um contingente de mais de 16 milhões de pessoas que, embora façam declaração à Receita, estão livres do imposto por receber menos de R\$ 2,5 mil mensais. A advogada tributarista Thaís Veiga, pesquisadora do Insper, afirma que a mudança na regra para o desconto simplificado pode restringir bastante o público beneficiado, mas o maior cuidado é na hora de os contribuintes obrigados a migrar para a declaração completa levantarem as despesas que são dedutíveis.

-

Guedes sinaliza alíquota menor para empresas

Para enfrentar as resistências dos grandes empresários ao projeto de **reforma tributária**, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou que o governo deve acelerar a queda do Imposto de Renda das empresas em 2022. Mas Guedes não quer abrir mão da volta da taxaçaõ na distribuição de lucros e dividendos com uma alíquota de 20%, segundo apurou o Estadão.

Pela proposta do governo, a alíquota do IRPJ cairia cinco pontos percentuais - de 25% para 20% - em dois anos. Guedes já antecipa que a queda pode ocorrer de uma vez só no ano que vem. A interlocutores, ele admitiu que, se a recuperação da arrecadaçaõ ao longo do ano que vem for ainda maior, a alíquota poderá ter uma queda adicional de 2,5 pontos percentuais - chegando a 7,5 pontos.

A proposta de reformulaçaõ do IR foi apresentada na sexta-feira ao Congresso Nacional e, desde entãõ, o governo vem sofrendo uma enxurrada de críticas do mercado financeiro e das grandes empresas que distribuem dividendos. A reduçaõ da alíquota do IRPJ foi considerada baixa por representantes do setor produtivo para fazer frente à taxaçaõ de lucros e dividendos.

Empresários disseram ao ministro que queriam uma alíquota de lucros e dividendos na mesma proporçaõ da queda do IRPJ.

A pressãõ chegou com força ao Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já admitiu a possibilidade de reduçaõ para 15%. Há uma movimentação para que o projeto seja aprovado antes do recesso parlamentar de julho, o que deixou preocupados representantes das grandes empresas pelo conteúdo polêmico.

Ao Estadão, o relator da reforma do IR, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), admitiu essa possibilidade.

Ele quer ainda conversar com líderes dos partidos e com o governo para definir qual será o percentual da taxa cobrada sobre lucros e dividendos. "Já houve essa manifestaçaõ de alguns deputados para se discutir melhor isso, mas essa alíquota ainda não está definida, não está fechado", disse Sabino. Guedes tem repetido que a direçaõ da reforma é neutra, sem aumento de imposto. / A.F. E CAMILA TURTELLI

I 'Mais trabalho'

"O contribuinte vai ter mais trabalho (no preenchimento

da declaraçaõ) e o risco é de, eventualmente, deduzir uma despesa que a Receita depois possa entender como não dedutível." Thaís Veiga ADVOGADA TRIBUTARISTA

I Proposta

5 pontos percentuais seria a queda da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica proposta pelo governo - de 25% para 20% - em dois anos; o ministro da Economia, Paulo Guedes, já antecipou que a queda pode ocorrer de uma vez só no ano que vem

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contas do governo central voltam a fechar com déficit

IDIANA TOMAZELLI E FABRÍCIA DE CASTRO

DO TESOIRO NACIONAL

Após dois meses no azul, as contas do governo central (que reúnem Tesouro Nacional, **INSS** e Banco Central) tiveram um rombo de R\$ 20,95 bilhões em maio. O resultado indica que o governo gastou mais do que arrecadou no período.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apesar disso, o resultado no ano ainda é positivo em R\$ 19,9 bilhões, o melhor desempenho para o período desde 2013. O superávit nos primeiros cinco meses do ano vem na esteira da melhora da arrecadação, da redução de gastos extras para combater a covid-19 e ainda do atraso na votação do Orçamento deste ano - o que forçou uma contenção de despesas.

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, afirmou que, sem considerar o rombo na Previdência, a economia de recursos feita pelo governo é de R\$ 123,22 bilhões no ano, o segundo maior valor da história, abaixo apenas do observado em igual período de 2008 (R\$ 142,3 bilhões).

Apesar do cenário fiscal mais benigno, Bittencourt ressaltou que, para 2022, as demandas do Executivo e do Legislativo terão de "casar" diante das limitações impostas pelo teto de gastos - a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**. Por enquanto, o Tesouro estima que a folga será de R\$ 25 bilhões, mas o secretário reconheceu que é importante fazer uma "discussão qualificada" sobre o impacto de diferentes variáveis nesse espaço.

"É importante uma discussão qualificada sobre o impacto de variáveis em potencial no teto", disse Bittencourt.

Ele não respondeu diretamente se um espaço menor dentro do teto em 2022, ano eleitoral, colocaria em risco os planos do presidente Jair Bolsonaro de turbinar as políticas sociais do governo. Mas ressaltou que qualquer despesa nova ou que já exista vai "rivalizar" com outras dentro do espaço disponível.

I 'Casamento'

"No âmbito do Orçamento, as prioridades do Executivo e as demandas do Legislativo têm de casar na tramitação do processo orçamentário e fechar dentro do teto de gastos." Jeferson Bittencourt SECRETÁRIO

Meu INSS passa a permitir prova de vida por biometria

A plataforma Meu **INSS** mudou seu formato para permitir que aposentados, pensionistas e demais segurados do Instituto Nacional de **Seguridade Social** possam realizar a prova de vida por biometria, de sua casa, sem precisar se deslocar até um posto do órgão para reaver o benefício. A informação consta de reportagem do jornal Extra, do Rio de Janeiro. As mesmas mudanças também foram inseridas no site.

O jornal chama a atenção que para acessar o site ou a plataforma, é necessário fazer cadastro e registrar login e senha.

Para Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), a plataforma ficou mais funcional e fácil de acessar. "A nova formulação do Meu **INSS** vai evitar algumas ligações para a Central de Atendimento 135 ao fornecer alguns serviços que antes só estavam neste canal", afirmou. "Por exemplo, quem recebeu a carta para se aposentar por idade, antes tinha que ligar para o 135 para confirmar o recebimento, mas agora pode fazer isso também pelo site", completou segundo citação do Extra.

Com as alterações, os segurados que tiveram benefícios suspensos ou cessados por falta de prova de vida agora poderão realizar a comprovação pela plataforma. Para ter acesso ao serviço, contudo, é preciso ter a biometria facial já cadastrada nos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Departamentos de Trânsito (Detrans).

De acordo com o **INSS**, ao fazer a prova de vida pelo Meu **INSS**, o benefício é reativado de forma imediata. Além de expandir a prova de vida por biometria facial para esse novo grupo, o Meu **INSS** também atualizou as mensagens de orientação para quem ainda não pode realizar o cadastramento por selfie.

Outra mudança é que agora as telas principais do Meu **INSS** são diferenciadas para cada tipo de pessoa: aposentados e pensionistas veem em destaque, na primeira página, informações como número do benefício, tipo de benefício, valor e data prevista para o pagamento. O órgão diz que os serviços em destaque também são personalizados, mostrando os mais buscados por quem já tem benefício, como carta de concessão e extrato de pagamento, que é o equivalente ao contracheque. No documento, estão

listados créditos e descontos feitos no pagamento dos benefícios

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Dinheiro na hora após provar vida na internet

Jaider Miranda

Aposentados, pensionistas e segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que tiveram benefícios suspensos ou cessados por falta de prova de vida podem realizar a comprovação pelo celular, por meio de biometria, no aplicativo Meu **INSS** ou no site do instituto. Ao realizai" o procedimento, o benefício é reativado na hora.

O aplicativo e o site do **INSS** ganharam novo formato, com algumas novidades, entre elas a prova de vida por meio de biometria. A modalidade está disponível para beneficiários que têm carteira de motorista ou título eleitoral com biometria facial cadastrada.

Em todo o País ainda faltam 12,3 milhões de beneficiários que estão com o processo pendente. A exigência estava suspensa desde março de 2020 e voltou a ser válida no início de junho. Quem deveria fazer a comprovação em março e abril do ano passado tem até hoje para se regularizar, de acordo com o calendário divulgado pelo **INSS**.

Quem tem comprovação de vida com vencimento em maio e junho de 2020 deverá fazer o cadastro em julho, e assim sucessivamente até dezembro deste ano.

Para quem não possui biometria cadastrada e não conseguir realizar

o procedimento pelo celular, é possível fazer a comprovação em uma agência do banco em que recebe o benefício no mês em que realizou a última prova de vida. O segurado deverá levar um documento de identidade com foto. Esse documento pode ser RG, carteira de motorista ou carteira de trabalho.

Alguns bancos, tanto públicos quanto privados, também permitem que a prova de vida seja feita

por meio de biometria, nos caixas eletrônicos das agências ou nos seus próprios aplicativos.

Nos casos de beneficiários impossibilitados de se locomover ou ausentes, é possível realizai" a prova de vida por procuração.

Para isso, o beneficiário deve cadastrar um procurador pelo aplicativo Meu **INSS**. E preciso comprovar essa condição de saúde por meio de documentos médicos.

Idosos têm dificuldade para usar a tecnologia

Idosos estão encontrando dificuldades para realizar a prova de vida por meio do aplicativo Meu **INSS** ou pela internet, explica Jânio Araújo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados.

"A ideia de fazer o processo de forma digital foi boa por causa da pandemia, mas por outro lado existe o risco do idoso não conseguir concluir o recadastramento", afirma Jânio.

Já a advogada previdenciarista Tâmires Freitas afirma que a maioria não tem conhecimento para manusear o aplicativo para fazer a prova de vida.

"Muitos são vulneráveis financeiramente a ponto de não terem

computador ou acesso a celular moderno para uso do app Meu **INSS**, e muitos vão acabar" obrigados a fazer o processo presencial".

FGTS começa a ser pago para quem aderiu ao saque-aniversário

Agora no mês de julho, a Caixa Econômica Federal, libera mais uma rodada de saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores que aderiram ao saque-aniversário e que fazem aniversário no mês de julho.

Muitos trabalhadores ainda aguardam a confirmação do saque emergencial do FGTS, que no ano passado permitiu que aqueles com saldo em conta vinculada ao fundo pudesse resgatar até um salário mínimo (R\$ 1.045 em 2020).

A medida do saque emergencial do FGTS que também estava prevista para esse não será liberada, de acordo com nota enviada pelo Ministério da Economia: "Não há liberações extraordinárias de saldos do FGTS sendo consideradas no momento. Outras medidas de apoio ao enfrentamento dos efeitos econômicos da pande-mia estão sendo priorizadas".

Medidas como o auxílio emergencial, a antecipação do 13º salário aos aposentados e pensionistas do Instituto Social do Seguro Social (**INSS**) e o programa que permite a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários foram reeditadas neste ano, após o recrudescimento de casos da Covid-19.

A modalidade permitida para saque do FGTS em 2021 é apenas para quem aderiu ao saque aniversário, que vão poder resgatar seus valores a partir do dia 1º de julho. Vale a atenção que quem não aderiu à modalidade não poderá receber.

Site: <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/30-06-2021-2/>

Governo central fecha maio com déficit

CONTAS PUBLICAS

Brasília/São Paulo - O governo central registrou um déficit primário de R\$ 20,947 bilhões em maio, rombo inferior ao esperado por analistas e bem abaixo do saldo negativo recorde de R\$ 126,636 bilhões computado no mesmo mês do ano passado, quando o governo promovia um amplo conjunto de medidas de enfrentamento à crise gerada pela pandemia da Covid-19.

No acumulado do ano, o governo central - composto por Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - ainda registra um superávit primário, de R\$ 19,911 bilhões, melhor resultado para o período desde 2014, mostraram dados divulgados pelo Tesouro Nacional ontem.

"O resultado primário do mês de maio revela a manutenção na melhora das condições fiscais do governo central observada desde o início do ano, ocasionada pelo desempenho bastante robusto da receita, acompanhado de um nível de execução das despesas abaixo do patamar do ano anterior", disse o Tesouro em nota.

O texto destacou que as receitas têm sido impactadas pela maior atividade e também pelo aumento dos preços, que elevam os valores sobre os quais incide a tributação.

Já nas despesas, o efeito vem da maior focalização das despesas com o combate à pandemia, da postergação da execução de gastos como resultado do atraso na aprovação do Orçamento do ano e do maior controle de despesas obrigatórias, disse o Tesouro.

As receitas líquidas do governo central aumentaram 93,4% em termos reais no mês sobre maio de 2020, para R\$ 112,876 bilhões, enquanto as despesas caíram 31,4%, para R\$ 133,823 bilhões.

As despesas relacionadas ao combate à Covid-19 somaram R\$ 16,120 bilhões no mês - dos quais R\$ 8,919 bilhões disseram respeito ao pagamento do auxílio emergencial - e R\$ 36,598 bilhões no acumulado do ano.

O déficit do mês passado veio um pouco abaixo do esperado por economistas, segundo pesquisa da Reuters que apontava saldo negativo de R\$ 23,2 bilhões.

Nos primeiros cinco meses de 2020, o governo central registrou déficit de R\$ 222,493 bilhões.

Emissão de títulos - O Tesouro Nacional informou também ontem a emissão de títulos em dólares no mercado internacional, com um novo benchmark de 10 anos.

Segundo nota, o Tesouro ainda vai promover a reabertura do atual benchmark de 30 anos, o Global 2050.

"O objetivo da operação é dar continuidade à estratégia do Tesouro Nacional de promover a liquidez da curva de juros soberana em dólar no mercado externo, provendo referência para o setor corporativo, e antecipar financiamento de vencimentos em moeda estrangeira", disse o Tesouro em nota.

Com isso, o Brasil retorna ao mercado externo após levantar US\$ 2,5 bilhões no início de dezembro em emissão que envolveu a reabertura de títulos de 5 anos (Global 2025), 10 anos (Global 2030) e 30 anos (Global 2050).

A operação será liderada pelos bancos Bradesco BBI, Goldman Sachs e HSBC. Os títulos serão emitidos no mercado global. (Reuters)

BIS

Recuperação desigual pode desafiar autoridades

Londres - Uma recuperação mundial desigual da crise da Covid-19 tornará a recalibragem do estímulo fiscal e monetário um desafio "complicado" para as autoridades, disse o relatório anual do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) ontem.

Apelidado de banco central dos bancos centrais do mundo, o BIS, com sede na Suíça, disse que seu cenário principal é de uma recuperação mundial sólida, embora com velocidades diferentes entre os países.

O banco definiu dois cenários alternativos. Um onde um grande estímulo fiscal e a redução da poupança acumulada resultam em um crescimento mais forte, mas também em uma **inflação** maior e um aperto substancial nas condições financeiras mundiais. No outro, o crescimento decepciona, pois o vírus se

mostra mais difícil de ser controlado.

"Embora a recuperação esteja em andamento e o cenário central seja relativamente benigno, ainda não estamos fora de perigo", disse o chefe do BIS, Agustín Carstens.

Emergentes - A recuperação desigual pode deixar os países emergentes em grandes dificuldades, especialmente no cenário de **inflação** mais alta, em que grandes bancos centrais, como o Federal Reserve dos Estados Unidos, começam a procurar aumentar as taxas de juros.

Carstens, que chefiou o banco central do México antes de ingressar no BIS, disse ser saudável que alguns mercados emergentes já estejam elevando os juros em resposta ao aumento da **inflação**, mas ressaltou esperar que as economias mais avançadas aguardem.

"Não seria apropriado apertar a política monetária hoje apenas para reduzir a **inflação** medida e sacrificar a recuperação da economia", disse Carstens à Reuters. "Isso é algo que os (grandes) bancos centrais gostariam de fazer hoje? Acho que não".

Em vez disso, ele prevê mais períodos de "ruídos" para os mercados financeiros após a volatilidade nos preços de títulos e ações entre janeiro e março, quando os programas de vacinação levaram os investidores a tentar antecipar uma redução gradual do apoio do Fed.

"O principal desafio (para o resto do ano) é como coordenar as expectativas do mercado com a condução da política monetária", disse Carstens. "Acho que um dos soluções que vimos nos últimos meses foi o mercado indo à frente do Fed".

A questão principal é se esses fortes aumentos recentes da **inflação** serão temporários ou mais persistentes. "A partir de hoje, nós do BIS consideramos que provavelmente serão temporários", disse Carstens, citando os efeitos de base de comparação e dizendo que os gargalos de oferta, que também pressionaram os preços, devem se dissipar.

No longo prazo, muitos desafios estão à frente, e normalizar as políticas fiscal e monetária não será fácil. A dívida pública está em um pico pós-Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, os balanços dos bancos centrais raramente atingiram níveis semelhantes, e apenas durante as guerras.

"A recuperação desigual gera desafios complicados para as autoridades", disse o relatório do BIS.

"A sustentabilidade da dívida pode mudar se as taxas

de juros começarem a aumentar", acrescentou Carstens. "Você não quer ser surpreendido".

O BIS também deu todo seu apoio às moedas digitais dos bancos centrais e intensificou as críticas às criptomoedas como o bitcoin, alertando que são "ativos especulativos, em vez de dinheiro". (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-30-06-2021/>

Câmara aprova LDO em 2º turno

» ANA ISABEL MANSUR» SAMARA SCHWINGEL

Os deputados distritais da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovaram, na noite de ontem, em segundo turno, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022. Houve 18 votos a favor. A proposição, que fixa as metas e prioridades do governo para o próximo ano, estima que a receita da capital federal fique em R\$ 28,9 bilhões - valor 7,49% superior ao de 2021, de R\$ 26,9 bilhões. O texto aprovado pelos parlamentares prevê o pagamento de reajuste para 33 categorias de **servidores públicos** do DF, sem a criação de despesas extras, já que o reajuste está autorizado por lei específica e não havia sido implementado por ausência de dotação orçamentária. A lei permite a retomada de, ao menos, 22 concursos públicos suspensos, devido à pandemia da covid-19, além da abertura de novos certames na Secretaria de Educação.

Agora, a LDO segue para avaliação e sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB). Com a aprovação, a sessão de ontem foi a última antes do recesso parlamentar e durou quase de oito horas. Antes do início da sessão, o presidente da CLDF, Rafael Prudente (MDB), afirmou ao Correio que o principal objetivo da LDO seria deixar o orçamento mais livre para que o Executivo local consiga atender a pedidos dos **servidores públicos** do DF. "O que deve ser alterado é a previsão orçamentária para que o governo esteja pronto e preparado para conceder alguns benefícios, que são lutas históricas dos funcionários públicos do DF. São questões antigas que foram barradas pelo impedimento federal de aumentar as despesas com pessoal", disse.

Para o 2º semestre

Apesar de a expectativa de encaixar a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) na pauta de ontem, a questão ficou para o segundo semestre. O vice-presidente da Câmara, Rodrigo Delmasso (Republicanos), afirma que não há um acordo entre os blocos. Ele destaca que deve pedir ao GDF um novo Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis). "Ainda há empresários que estão prejudicados pela pandemia, então, é algo bom para ser votado no segundo semestre", detalha.

O deputado da oposição Reginaldo Veras (PDT) ressalta os projetos adiados para a volta do recesso. "Para o segundo semestre, tem a questão da Lei da Gestão Democrática, algumas pautas fundiárias que o

governo quer votar e que estamos de olho para que não passe nada muito alarmante", frisa.

Contraponto

Para Jesus Valentini, advogado e professor de direito constitucional, a CLDF peca em fiscalizar as ações do governo. "A base aliada tem compromisso de votar tudo que o governador pedir. Não há uma oposição atuante", avalia o especialista. Como exemplo da falta de investigação, o professor lamenta a não instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal (Iges-DF) e da pandemia.

Ao elencar outros temas deixados de lado neste primeiro semestre, o professor destaca a economia. "Pouca efetividade, com baixa qualidade nos conteúdos e uma quantidade exagerada de projetos de lei. A regularização fundiária não caminhou", critica.

Principais projetos do 1º semestre

19 de janeiro

Prorrogação de licenças de funcionamento até 31 de dezembro: as licenças de funcionamento de diversas empresas do DF estão vigentes até 31 de dezembro de 2021. A medida foi tomada para manter estabelecimentos comerciais funcionando legalmente para fortalecer o setor produtivo frente às consequências econômicas geradas pela pandemia do novo coronavírus.

2 de março

Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis): prorrogação do período de adesão.

8 de abril

Programa de Mobilização e Defesa da Vida do DF (Provida-DF): contribuintes poderão quitar ou abater dívidas ofertando a viabilização de hospitais e similares, como leitos de UTI e demais equipamentos, com o objetivo de, juntamente com o governo, combater a pandemia de coronavírus (covid-19).

27 de abril

Auxílio para taxistas e motoristas escolares: auxílio emergencial de três parcelas de R\$ 600.

23 de maio

Pró-Economia: ações do pacote de 20 medidas para fomentar a economia da capital federal.

15 de junho

PL dos Eventos: permite ao GDF isentar o IPTU e o IPVA para esse conjunto de empresas, no período entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2024.

23 de junho

Auxílio para transporte de turismo: pagamento de três parcelas consecutivas no valor de R\$ 600 cada uma. Foram beneficiados os proprietários de ônibus, micro-ônibus, vans ou outros veículos.

PGR questiona quadro suplementar

Elisama Ximenes

O procurador-geral da República, Augusto Aras, propôs ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra as normas estaduais que permitiram que a instituição do quadro suplementar de cargos em extinção no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

As normas que Aras menciona estão na Lei 15.122 de 2005 e permitem a contratação de comissionados para ocupar cargos técnicos no tribunal. São 20 atribuições com o total de 167 cargos. Para o procurador, essa autorização fere princípios da Constituição Federal.

Ele explica que os cargos técnicos devem ser exclusivamente ocupados por servidores selecionados em concurso público.

conforme determina a Constituição. "A utilização do certame para recrutamento de **servidores públicos** possibilita que o Estado afira as aptidões pessoais dos candidatos e selecione os mais bem capacitados para ocupar os postos de trabalho disponíveis", escreve.

Aras destaca que os órgãos públicos só são autorizados a contratar comissionados para cargos de confiança. Ou seja, a modalidade só seria permitida para funções voltadas à direção, à chefia ou ao assessoramento.

O procurador lembra que o próprio STF tem rejeitado a criação indiscriminada de cargos que tenham "atribuições meramente técnicas ou que não detenham o caráter de assessoramento, chefia ou direção exigido pela Constituição."

Ele cita, ainda, que no julgamento de um caso semelhante, em Guarulhos, São Paulo, onde também foi feita uma lei para criar cargos comissionados, a ministra do STF Carmem Lúcia destacou que essas funções não são para o desempenho de atividades técnicas e operacionais.

A magistrada afirma, ainda, que para esse tipo de cargo "há de pressupor uma relação de confiança entre a autoridade nomeante e o agente nomeado". Ela também estabelece que deve ser instituída a quantidade proporcional à necessidade e que as atribuições desses servidores devem ser descritas de forma clara e objetiva na lei específica.

Para Aras, a lei que autorizou a criação do quadro suplementar no TCE não traz a descrição dos cargos, mas apenas o nome da função. "Sabe-se que a aferição da natureza do cargo há de levar em conta o plexo de competências como um todo, não havendo de se limitar ao título que lhe é conferido pela norma criadora", explica.

Ele destaca, ainda, que não há dúvidas de que os cargos listados na lei não pressupõem que tenha de haver relação de confiança. "Não há dúvidas de que as tarefas usuais desempenhadas por datilógrafos, digitadores, condutores, eletricitas, fotógrafos, mecanógrafos ou inspetores de obras ou de despesas em geral prescindem de vínculo especial de confiança entre autoridade nomeante e agente nomeado."

Aras explica que essas atividades, na verdade, exigem caráter técnico, administrativo e operacional. "Os quais podem perfeitamente ser aferidos mediante realização de concurso público. Por se tratar de tarefas técnicas e burocráticas que movimentam a máquina administrativa do órgão, os cargos a elas voltados jamais poderiam ser de provimento em comissão", pontua.

O procurador acrescenta que a realização de concursos garante os princípios da moralidade, da finalidade, da impessoalidade e da isonomia, e dá maior grau de republicanismo e profissionalismo aos quadros da administração estadual. "Evita, ainda, prática recorrente e censurável de agentes dedicados à atividade política, consistente no uso de estruturas da administração pública para alojar correligionários e outras pessoas como forma de favorecimento, com fins pessoais ou eleitorais, sem maior apreço por sua qualificação profissional", diz.

A ação agora deve ser analisada pelo STF. Em nota, o TCE disse que ainda está se inteirando do teor da ADI e "vai prestar informações no prazo legal de 30 dias."

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/30-junho-2021/1o-caderno>

DESCRIÇÃO

Governadores têm audiência com Gilmar

O governador Wellington Dias participa em Brasília, de audiência com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para tratar sobre as propostas legislativas sobre o ICMS sobre serviços de energia elétrica e telecomunicações, reajuste salarial de servidores e vacinação.

A reunião com Gilmar Mendes conta com os governadores do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantis e Sergipe.

Alguns governadores participam da audiência de forma virtual.

A pauta da audiência foi definida em reunião do Fórum Nacional de Governadores no dia 22 de junho que na data destacou a importância de acompanhar o tema do piso nacional do magistério, o projeto do ICMS incidente sobre os combustíveis e lubrificantes (PL 16/2021) e a reforma tributária.

Alíquotas diferenciadas para o ICMS - Os governadores destacaram ainda a necessidade de se discutir com os ministros do STF a votação do RE 714139, no qual se analisa a aplicação de alíquotas diferenciadas para o ICMS nos serviços de energia elétrica e telecomunicações, sem a qual há a previsão de prejuízo da ordem de R\$ 26,7 bilhões à arrecadação dos Estados.

Sobre o assunto, os governadores concordaram com a solicitação de agendamento de audiência, preferencialmente no formato presencial, com o Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, e o Ministro Gilmar Mendes, para tratar da matéria.

Os governadores concordaram em pedir agendamento de audiência com os Presidentes do Senado Federal e Câmara dos Deputados a fim de tratar da pauta tributária e fiscal dos Estados, especialmente o PL 16/2021, a reforma tributária e os reajustes dos pisos salariais dos servidores públicos.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf>

Governo vai processar senadores da CPI por abuso de autoridade - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

A suspensão do contrato para compra da Covaxin é lida na seara política do governo como uma primeira reação para tentar esvaziar a CPI da Covid. Porém, outras virão. Vem por aí uma investigação sigilosa da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre todo o processo de compra da vacina indiana e, de quebra, concluída essa parte, um processo contra os senadores. Em conversas reservadas, ministros do governo afirmam que já está praticamente caracterizado que os senadores avançaram o sinal ao acusar o presidente Jair Bolsonaro de prevaricação antes de concluída a investigação.

O artigo 38 da Lei de Abuso de Autoridade, aprovada pelos congressistas, considera crime antecipar atribuição de culpa antes de concluídas as investigações e formalizada a acusação. Na opinião do governo, é exatamente isso que é feito agora. Internamente, no Planalto, muita gente diz que "a hora dos senadores está chegando".

CGU vai ouvir Luís Ricardo

O primeiro passo da investigação da CGU será ouvir o servidor Luís Ricardo Miranda para que ele detalhe a denúncia que levou a Bolsonaro. Quer ouvir dele quem eram os "caras" suspeitos de pedir dinheiro para acelerar o processo de compra da vacina.

Antes tarde do que nunca

A CGU recebeu sinal verde do Planalto para mapear suspeitas de pedidos de propina. A reportagem da Folha de S.Paulo, com relato de um empresário de que se reuniu com o diretor do Departamento de Logística, Roberto Dias, é um indício a ser apurado. E se houver culpados, serão punidos.

Bola fora do estádio

O governo vai insistir, dia e noite, na tecla de que as doses da Covaxin eram apenas para dar segurança de que não faltariam imunizantes no primeiro semestre deste ano. Como nenhuma dose foi entregue até hoje, não há motivos para manter o contrato ativo. Assim, politicamente, a conclusão é a de que a CPI será esvaziada.

É pegar ou largar

Com a suspensão do contrato, o líder do governo, Ricardo Barros (Progressistas-PR), tem a chance de reforçar o discurso de que "não tem rolo nenhum". É que, segundo os relatos do deputado Luis Miranda (DEM-DF) à CPI, o presidente da República teria dito que a pressa em relação à compra da Covaxin era "rolo" de Ricardo Barros, que hoje terá aprovado convite para que compareça à CPI.

Na paz/ Ao dizer em entrevista exclusiva ao CB.Poder que não citou o nome de Ricardo Barros para preservar o líder do governo, Luis Miranda praticamente deixou claro que não deseja briga com o colega de Parlamento. O deputado quer facilitar a própria vida na Casa. Agora vai/ Escolhida em março para a Procuradoria da Mulher no Senado, a senadora Leila Barros (PSB-DF, foto) aguarda a nomeação até hoje. Agora, porém, com a senadora Rose de Freitas (MDB-ES) assumindo a presidência da Comissão Mista de Orçamento, a troca de comando da procuradoria está próxima.

E as reformas, hein?/ A pressa do governo em aprovar os textos da **reforma tributária** já enviados ao Congresso não tem eco entre os parlamentares. A ordem nos partidos é avaliar as propostas com muita calma para não piorar a retomada da economia. Afinal, taxar os investidores não ajudará no ambiente de negócios.

Aécio na lida/ Integrante da Comissão Mista de Atividades de Inteligência, ao lado do senador Jaques Wagner (PT-BA), o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) trata de reconstruir pontes com a esquerda. "Não posso deixar de me lembrar quando o senhor me recebeu no Palácio de Ondina, discutimos o Nordeste, o país. A vida é feita de reencontros", disse Aécio a Wagner. Em política, os gestos de aproximação sempre começam com lembranças de bons momentos e bons debates, deixando as diferenças de lado.

Governo quer usar R\$ 20 bi de mudança tributária em novo programa social

Fábio Pupo *brasil*

O governo pretende usar até R\$ 20 bilhões de receitas a serem geradas pela proposta de reforma no Imposto de Renda para bancar o programa social que substituirá o Bolsa Família.

O valor, que até agora não foi comentado publicamente pela equipe econômica, foi confirmado à Folha por um integrante do governo e deve equacionar em larga escala a busca por financiamento ao programa -a ser lançado pelo presidente Jair Bolsonaro nos próximos meses, às vésperas do calendário eleitoral.

Conforme mostrou a Folha, o governo planeja usar a arrecadação extra a ser gerada pelas mudanças no Imposto de Renda para bancar o novo programa social. Mas o montante que poderia ser usado não foi divulgado oficialmente.

Entre as medidas que aumentam a arrecadação no projeto de lei, está o fim do desconto simplificado de 20% no IR para quem ganha até R\$40 mil por ano (pouco mais de R\$ 3.000 por mês) e a tributação de dividendos.

O montante a ser usado no programa em decorrência da reforma é aproximadamente 20 vezes superior ao impacto fiscal do projeto de lei enviado ao Congresso na semana passada. Segundo anunciaram os técnicos do governo na sexta-feira (25), as mudanças no IR gerariam um valor estimado de R\$ 980 milhões em 2022 -embora o objetivo, afirmam diferentes integrantes do governo, é que o resultado da conta seja neutro.

O leve impulso arrecadatário anunciado já seria suficiente para zerar a fila de espera de 400 mil inscritos no Bolsa Família por um ano. Mas o montante a ser usado para financiar o novo programa ficará acima disso.

A diferença se explica porque, na visão do governo, nem todas as medidas da **reforma tributária** que diminuirão a arrecadação federal precisarão ter compensação orçamentária. Ou seja, parte delas dispensará uma contrapartida de elevação em outras fontes de receita -regra em geral exigida pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A interpretação estaria em uma brecha da própria lei. O artigo 14 da LRF determina que a renúncia de receita deverá estar acompanhada de medidas de compensação orçamentária -mas, em seu parágrafo 1º, afirma que fica entendida como renúncia a modificação que implique redução de **tributos** discriminada (para apenas um setor, por exemplo).

Como o governo argumenta que fez reduções lineares e indiscriminadas de **impostos**, a interpretação é que o impacto fiscal de boa parte das medidas não precisará ser compensado por outras iniciativas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49574>

É um retrocesso e favorece a sonegação

Ex-secretário da Receita entre 1995 e 2002, quando deixou de ter tributação sobre dividendos, Everardo Maciel critica a proposta de **reforma tributária**, que para ele, favorece a sonegação. Maciel afirma que o texto poderia ser "incinerado" que e o atual sistema tributário da renda no Brasil é "simples".

O que o senhor espera da **reforma tributária**?

Vou pegar emprestado uma frase de um amigo, questionado sobre outro projeto: "Incinerar o projeto. E, em caso de reincidência, incinerar o autor". Obviamente é uma brincadeira. É algo caótico. Estou escrevendo um artigo que o título que coloquei foi "o Inferno fiscal". Inferno na definição de Dante: o caos impiedosamente ordenado.

Como o senhor vê a proposta de volta da tributação de dividendos?

Acho muito ruim, é um retrocesso e favorece a sonegação. Você pode tributar apenas na empresa, apenas na distribuição ou nos dois momentos. Quando o governo propõe uma redução na tributação da empresa para incluir a tributação dos dividendos, tacitamente ele reconheceu que há relação entre as duas coisas, e obviamente há uma bitributação.

Quais podem ser os efeitos?

Vamos ver o aspecto da evasão fiscal. A tributação por dividendos estimula uma prática que desapareceu no país, que é a distribuição disfarçada de lucros. Em 2020, o Banco Central determinou que as instituições financeiras não poderiam distribuir mais que o mínimo exigido no estatuto. E se você faz isso, a arrecadação desaparece. Na Europa, no ano passado, houve uma determinação correta de que nenhuma empresa que recebeu subsídio, por causa da pandemia, poderia distribuir dividendo. A arrecadação cairia.

A redução do Imposto de Renda nas empresas não superaria o aumento da tributação dos dividendos?

Há uma relação empírica: um ponto percentual de alíquota no lucro corresponde a quatro pontos percentuais no dividendo. A proposta corta em 2,5 pontos percentuais a tributação do IR e coloca 20% de dividendos. Se fosse fazer uma equivalência, teria de ser uma alíquota de 10% de dividendos.

Seria melhor deixar como está a cobrança de **tributos**?

Temos um sistema que funciona, dá certo e é admirado pelo resto do mundo.

O que (o presidente dos Estados Unidos) Joe Biden está propondo é o que já fazemos aqui há muito tempo na tributação de empresas. O sistema tributário da renda no Brasil é o mais simples do mundo. Temos problemas outros, como na tributação de consumo.

E como fica o fim do desconto simplificado do IR para quem ganha acima de R\$40 mil por ano?

Vai haver um alívio no Imposto de Renda retido na fonte em 2022, que é ano eleitoral, se o projeto passar agora. E depois vai pagar muito mais tributo em 2023. Vamos lá: entre R\$ 40 mil e R\$ 80 mil anuais, a primeira faixa, é onde a imensa maioria opta pelo desconto simplificado. Todos os contribuintes desta faixa, sem o desconto simplificado, vão ter aumento de carga tributária. Todos, não há exceção. Quem ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 7 mil por mês terá aumento de imposto. (Henrique Gomes Batista)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pagamento em dinheiro pelo WhatsApp liberado - GIRO RÁPIDO

GIRO RÁPIDO

O WhatsApp confirmou ontem que todos os usuários do app no Brasil podem usar a função de transferência de dinheiro. A novidade foi lançada no início de maio, mas sua liberação para as pessoas foi gradual.

Agora, 100% da base de usuários podem encontrar a opção de "pagamento" no aplicativo. Por enquanto, as transações só funcionam entre pessoas físicas.

Guedes diz que estuda reduzir Imposto de Renda das empresas

Após críticas à 2a etapa da **reforma tributária**, que altera regras para Imposto de Renda das pessoas e das empresas e tributa dividendos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que sua equipe estuda antecipar a redução completa da alíquota do IR para Pessoas Jurídicas para 2022.

"A **reforma tributária** vai tributar menos as empresas. Estamos estudando se em vez de 2,5 (pontos percentuais) num ano e 2,5 (pontos) no outro de queda do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, nós podemos baixar 5 pontos percentuais já no ano que vem", disse.

Rombo de R\$ 20,9 bi nas contas do governo

As contas do governo registraram déficit primário de R\$ 20,947 bilhões em maio, informou a Secretaria do Tesouro Nacional.

O déficit primário ocorre quando as despesas com **tributos e impostos** superam as receitas. Segundo dados oficiais, o déficit primário registrado em maio deste ano é o melhor para o mês desde 2019, quando foi registrado saldo negativo de R\$ 16,229 bilhões.

Reforma tributária abre espaço para governo ampliar receita

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi pessoalmente entregar o pacote com a **reforma tributária** ao presidente da Câmara dos Deputados na sexta-feira (25). O ato simbólico, além de dar o passo inicial na segunda fase da tramitação, pode ter sido o marco para a criação de um novo programa social.

Agora, o Ministério da Economia trabalha para elevar o valor do Bolsa Família e incluir mais segurados. Atualmente, o benefício é pago para 14,7 milhões de pessoas, mas a equipe econômica planeja ampliar os depósitos para 17 milhões de pessoas.

Isso porque o projeto apresentado aumenta a arrecadação federal em quase R\$ 1 bilhão. A partir de 2022, se a proposta for aprovada nos moldes atuais, o governo deve passar a receber R\$ 980 milhões a mais, de acordo com informação adiantada pela Folha de São Paulo.

"As alterações tributárias presentes neste projeto de lei [...] poderão ser consideradas, ao nível da arrecadação prevista para 2022, como medida compensatória para a despesa adicional [...] decorrente do novo programa social do governo federal", afirma o texto do governo.

Essa "sobra" poderia, por exemplo, zerar os 400 mil desamparados que estão na fila do Bolsa Família.

O governo não divulgou ainda o impacto de cada uma das medidas separadamente, mas afirmou que com o pacote que inclui iniciativas referentes à tributação de dividendos, à revogação dos juros sobre o capital próprio, ao mercado financeiro

e à atualização do valor dos imóveis vão aumentar a receita em R\$ 32,3 bilhões em 2022, em R\$ 55 bilhões em 2023 e em R\$ 58,2 bilhões em 2024.

Ao mesmo tempo, a perda de receita com a elevação da alíquota de isenção do Imposto de Renda é estimada em R\$ 32 bilhões em 2022, em R\$ 54,7 bilhões em 2023 e em R\$ 57,6 bilhões em 2024.

Alternativas

O que Jair Bolsonaro espera da equipe econômica é que consiga criar um programa social robusto que aumente sua popularidade para 2022. O plano esbarra no teto de gastos.

O governo já pensou em extinguir o abono salarial (espécie de 14º salário pago a trabalhadores de baixa renda), o que foi negado pelo presidente. "Estariamos tirando do pobre para dar ao paupérrimo", disse.

OAB pede que tributação de dividendos da reforma não atinja profissional libera

Em nota na qual classifica como "brutal" o aumento da carga de **impostos** do projeto de **reforma tributária** encaminhado na sexta-feira pelo governo ao Congresso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) propõe mudança no texto para que profissionais liberais continuem isentos da tributação dos dividendos.

engenheiros, entre outras profissões "típicas da classe média", numa, avalia a ordem, injustiça tributária por esses profissionais receberem o mesmo tratamento dado a acionistas de empresas.

Segundo a OAB, a proposta do governo de tributar em 20% os lucros e dividendos distribuídos atingiria profissionais liberais organizados em forma de pessoa jurídica, as chamadas sociedades uniprofissionais, onde, diferentemente das companhias abertas com ações negociadas em bolsa, não existe separação patrimonial entre pessoa jurídica e seu sócio.

Ou seja, se o projeto passar como foi apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, eles terão que pagar nas duas pontas - o imposto tanto sobre a renda de pessoa jurídica quanto sobre os dividendos distribuídos à pessoa física -, de modo que a carga final, incluindo outros **tributos**, chegaria a 52,65%.

"Diante de todo o exposto, entendemos que a revogação da isenção de dividendos deveria ser excepcionada para os profissionais liberais organizados em forma de pessoa jurídica, que já sofrem com a carga tributária do IRPJ imposto de renda sobre pessoa jurídica, CSLL contribuição social sobre lucro líquido, PIS/Cofins e ISS Imposto sobre Serviços", propôs a OAB em nota assinada por, entre outros, seu presidente, Felipe Santa Cruz.

No comentário sobre a **reforma tributária**, a ordem considera ainda que o governo mostra insensibilidade com a classe produtiva num contexto de crise econômica. "O setor de serviços foi duramente penalizado e a retomada da demanda aos níveis pré-pandêmicos ainda é uma meta distante de ser alcançada", frisa a OAB. "Sob a falsa bandeira de justiça fiscal, o referido projeto traz, na realidade, um aumento brutal de carga tributária e que pode representar o golpe de misericórdia às milhares de sociedades uniprofissionais que hoje lutam pela sobrevivência e que já se submetem a uma das alíquotas de tributação sobre a renda mais altas do mundo", acrescenta.

Segundo a OAB, a tributação dos dividendos prejudica, além dos advogados, médicos, dentistas e

Restituição do IR deve diminuir se reforma do governo for aprovada

Antonio Temóteo

O trabalhador pagará mais imposto ou terá uma restituição menor se for aprovada pelo Congresso a proposta do governo que limita o uso da declaração simplificada do Imposto de Renda. Pelo projeto, só poderá optar pela simplificada quem ganha até R\$ 40 mil por ano.

A proposta faz parte da segunda etapa do projeto de **reforma tributária** apresentada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) ao Congresso. O texto também aumenta o limite de isenção de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 por mês e traz alterações no Imposto de Renda de empresas.

Se aprovada a proposta, qualquer pessoa que tenha renda tributável acima de R\$ 3.333 por mês terá que apresentar todo ano a declaração completa, na qual o contribuinte precisa informar notas fiscais e comprovantes de gastos se quiser conseguir deduções do imposto.

Everardo Maciel, secretário da **Receita Federal** no governo FHC

No modelo simplificado, utilizado pela maioria dos contribuintes hoje, há um desconto de 20% (limitado a R\$ 16.154,34) sobre a soma de todos os rendimentos tributáveis. Atualmente, todas as pessoas físicas podem optar por esse modelo.

A ideia do governo é manter o desconto de 20% na simplificada só para quem ganha até R\$ 3.333 por mês. A justificativa é que a medida estimula o contribuinte a pedir nota fiscal ou recibo, o que é importante para fiscalizar o pagamento de outros **impostos**. Mas só dão abatimento no imposto notas de alguns gastos, como saúde e educação.

Segundo Everardo Maciel, consultor tributário e secretário da **Receita Federal** durante o governo FHC, a declaração simplificada beneficiava trabalhadores de menor renda.

Muitos deles não têm planos de saúde ou despesas com educação, já que os filhos estão matriculados na rede pública de ensino. Com isso, pagarão mais **impostos** com o fim do desconto de 20%.

O governo também alega que o modelo simplificado foi criado para facilitar o preenchimento na época em que a declaração era feita em papel. Com o avanço tecnológico, isso poderia ser mudado.

Maciel rebateu o argumento do governo. Segundo ele, a declaração simplificada foi criada durante sua gestão, que começou em 1995, simultaneamente ao desenvolvimento da internet.

Everardo Maciel

Segundo Eduardo Lourenço, advogado tributarista, a tendência é de aumento na fiscalização da Receita com a exigência da declaração completa do IR para mais pessoas.

Ele declarou que os contribuintes precisarão ter o cuidado de guardar todas as notas que serão incluídas na prestação de contas para o caso de serem investigados pela Receita.

Modelo simplificado

Modelo completo

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/30/restituicao-imposto-de-renda.htm>

Com reforma tributária, que setores vão ter mais ganhos e perdas na Bolsa?

Mitchel Diniz

Que empresas na Bolsa vão ganhar ou perder mais com a **reforma tributária** apresentada pelo governo na semana passada? Se o texto for aprovado como está, as empresas vão pagar menos imposto sobre o lucro. Mas o projeto de lei também tributa dividendos e acaba com os juros sobre capital próprio.

A eliminação desses benefícios deve atingir principalmente grandes empresas, que já não investem tanto em crescimento e distribuem o lucro entre os acionistas. Mas as companhias recém-chegadas à Bolsa ou aquelas que estão em processo de expansão podem se beneficiar. Elas reinvestem o lucro em projetos de crescimento e pagam poucos dividendos. Especialistas ouvidos pelo UOL Economia+ listaram os setores da Bolsa que perdem e ganham com a **reforma tributária**. Veja abaixo quais são eles.

O governo propõe que o limite de isenção do Imposto de Renda passe de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 mensais. Com isso, o contribuinte teria mais recursos disponíveis para consumo.

Ações de varejistas, do setor de alimentos, empresas do agronegócio e prestadoras de serviço seriam beneficiadas por esse ponto da reforma.

As pessoas estão sedentas pela retomada da economia e a isenção de IR aumenta a propensão de consumo das famílias, diz Simone Pasiannotto, economista-chefe da Reag Investimentos.

Scott Hodgson, gestor da Galápagos Capital, não é tão otimista. Mesmo com um maior número de contribuintes isentos de imposto de renda, ele lembra que o setor ainda sofre com os impactos da pandemia.

Acho que vai ser bem difícil perceber uma mudança material das pessoas gastando mais com alimentação ou bens de consumo, afirma Hodgson.

As empresas vão pagar menos imposto sobre os lucros, caso a reforma seja aprovada. A tributação, segundo a proposta, cai de 20% para 15%. Por outro lado, os dividendos que atualmente são isentos de IR seriam tributados em 20%. Os juros sobre capital próprio seriam extintos.

Desde que o projeto de lei chegou ao Congresso, investidores migraram das boas pagadoras de proventos para empresas em processo de expansão, segundo analistas. Nessa lista estão empresas menores, do setor de tecnologia ou que estrearam há pouco tempo na Bolsa.

Essas empresas são mais beneficiadas porque reinvestem o lucro em crescimento. Mas o potencial de ganho delas vai depender de como esses recursos vão ser reinvestidos e se eles de fato vão conseguir expandir as operações mais para frente, afirma Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos.

As empresas que já estão consolidadas têm outro apelo para o investidor. Elas costumam ter fama de boas pagadoras de dividendos ou de juros sobre capital próprio (JCP). Por isso, a taxa de 20% sobre os proventos e extinção dos JCP diminuem a atratividade dessas companhias.

Energia elétrica, saneamento e telecomunicações são setores que se encaixam nesse quadro. As empresas vão ter que se readaptar e possivelmente, em vez de pagar dividendos, terão que recomprar ações, afirma Simone Pasiannotto.

Bancos, seguradoras e grandes empresas do segmento de consumo também entram nessa lista.

Com a recompra, a empresa diminui a quantidade de ações em circulação. Os investidores ganham bônus ao revender os papéis, e o preço da ação no mercado fica mais alto, beneficiando os acionistas que permaneceram.

Outra opção é direcionar o que seria pago em dividendos para algum tipo de fusão ou aquisição, afirma Scott Hodgson, da Galápagos Capital.

Os analistas acreditam que construtoras e empresas ligadas ao setor de imóveis também podem ser impactadas pela proposta de tributação para fundos imobiliários. A reforma prevê a cobrança de 15% de imposto sobre o rendimento de FIIs. Com retornos menores, a perda de atratividade desses fundos poderia resvalar também no desempenho de empresas do setor.

Este material é exclusivamente informativo, e não recomendação de investimento. Aplicações de risco estão sujeitas a perdas. Rentabilidade do passado não garante rentabilidade futura.

Site: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2021/06/30/quais-setores-ganham-e-perdem-na-bolsa-com-a-reforma-tributaria.htm>

Covid-19 diminui a expectativa de vida

Fabio Grecchi

O descontrole da pandemia e o excesso de mortes causadas pela covid-19 diminuíram a expectativa de vida do brasileiro em 1,3 ano, em 2020, e vai reduzir em pelo menos 1,8 ano em 2021. As informações constam num artigo publicado, ontem, na revista inglesa *Nature*, cujo título é *Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19* (Redução da expectativa de vida no Brasil após covid-19), de autoria dos pesquisadores Marcia C. Castro, Susie Gurzenda, Cassio M. Turra, Sun Kim, Theresa Andrasfay e Noreen Goldman. De acordo com a publicação, "a redução da expectativa de vida aos 65 anos em 2020 era de 0,9 ano, recolocando o Brasil nos níveis de 2012".

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a longevidade no Brasil, em 2019, era de 76,6 anos, três meses a mais do que em 2018. Entre homens, a duração média da vida era de 73,1 anos e, nas mulheres, de 80,1 anos.

O artigo começa apontando os governos de Donald Trump e de Jair Bolsonaro como "lamentáveis" na resposta ao avanço da covid-19, nos Estados Unidos e no Brasil. E lembra que, juntos, respondem por 28% do total de mortos no mundo e 59% do total de óbitos nas Américas. "Em ambos os países, a resposta à pandemia em 2020 foi díspar regionalmente, com lamentável coordenação nacional, resultando em uma carga de mortalidade elevada e desigual". Mas, desde a chegada de Joe Biden à Casa Branca, dos dois países apenas o Brasil seguiu na contramão das políticas públicas consagradas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) contra o espalhamento do novo coronavírus - como o distanciamento social, o uso de máscaras e a higiene pessoal, em associação à vacinação.

"O Brasil continua enfrentando uma situação desafiadora. Abril de 2021 foi o mês mais letal desde o início da pandemia: nove capitais relataram mais mortes do que nascimentos e, em 25 de abril, o número de mortes de covid-19 em 2021 ultrapassou o relatado em 2020", lembra o artigo, logo no segundo parágrafo.

Retrocesso

O impacto maior do novo coronavírus foi sobre os homens, que perderam 1,57 ano em expectativa de vida, do que nas mulheres (0,95 ano). A maior redução

de idade, absoluta e relativa, entre os estados foi estimada para o Amazonas (3,46 anos), seguido pelo Amapá (3,18 anos) e pelo Pará (2,71 anos). No sentido contrário, o Rio Grande do Sul foi o único estado com projeção de aumento no prolongamento da vida para ambos os sexos (0,07 ano), porém com queda para o sexo masculino calculada em 0,11 ano.

A expectativa de vida de pessoas a partir de 65 anos também caiu no ano passado e, no Brasil, foi de 0,94 ano para ambos os sexos - 0,66 ano para as mulheres e 1,17 ano para os homens, resultado que jogou o país de volta ao patamar de 2012.

De acordo com o artigo, o único acerto do governo no meio de tantos erros foi a instituição do programa emergencial de renda básica, que "mitigou os desafios impostos pela pandemia" e reduziu parte da crise econômica trazida pela pandemia. Porém, lembra que o auxílio foi pago apenas até dezembro de 2020 e "nenhum apoio financeiro foi fornecido de janeiro a março de 2021". "A covid-19 exacerbou a desigualdade, expondo os mais vulneráveis à insegurança alimentar e à fome severa", observa.

Consequências

Os efeitos da pandemia sobre o sistema de saúde pública, de acordo com a publicação, vão muito além dos números de mortes e casos provocados pela covid-19. Uma das conclusões mostra que a doença "interrompeu os serviços de atenção primária no Brasil" e, sobretudo, fez com que outras enfermidades deixassem de ser acompanhadas de perto - cujos reflexos na expectativa de vida do brasileiro ainda não se consegue mensurar.

"Isso (o descontrole da pandemia) comprometeu o rastreamento do câncer, com redução de cerca de 35% em novos diagnósticos. A vacinação infantil foi reduzida, principalmente entre as crianças pobres da Região Norte. A interrupção do tratamento e diagnóstico da tuberculose e do HIV pode aumentar a mortalidade nos próximos cinco anos. As condições gerais de saúde dos diabéticos pioraram em 2020 devido à redução da atividade física, adiamento de consultas médicas e interrupção do tratamento medicamentoso regular. Esses são alguns exemplos de deterioração das condições de saúde que não só irão gerar uma maior demanda por serviços de saúde, mas também podem afetar os padrões de mortalidade futuros", explica a publicação.

O estudo conclui, ainda, que as "consequências de longo prazo da covid-19 entre os sobreviventes continuam a surgir, incluindo fadiga e complicações neurológicas, pulmonares e cardiovasculares, entre outras". E alerta: "Um grande estudo mostrou um maior risco de morte seis meses após o diagnóstico de covid-19, mesmo entre aqueles que não necessitaram de hospitalização. Portanto, as sequelas" da doença podem encurtar a vida útil das pessoas.

O artigo traça um cenário sombrio sobre os efeitos de longo prazo trazidos pelo novo coronavírus: "As reduções no orçamento e as mudanças no modelo de financiamento da saúde provavelmente afetarão os resultados. Eles podem reduzir o acesso e a cobertura da atenção primária e aumentar a mortalidade infantil e as mortes evitáveis. Em última análise, a desigualdade pode piorar, exacerbando um cenário já angustiante".

28% Do total de mortos pela covid-19 em todo o mundo correspondem aos óbitos nos Estados Unidos e no Brasil

Mal parada (3)

Em reformas do Estado, como as do serviço público e do sistema de **impostos**, não se devem esperar desfechos redentores, que equacionem de uma única vez todas as distorções e injustiças reconhecidas.

Trata-se, afinal, de projetos que se desdobram em múltiplas frentes e inevitavelmente despertarão resistências tenazes de setores influentes, por motivos razoáveis ou pela preservação de privilégios. Nesse sentido, os avanços incrementais -passos, mesmo que aparentemente modestos, na direção correta- precisam ser valorizados.

Isso dito, é deplorável que a reforma administrativa em tramitação na Câmara dos Deputados não inclua juízes e procuradores, categorias das mais abonadas na administração pública. E são chocantes as dificuldades enfrentadas até para o mero debate do tema.

Como noticiou a Folha, uma emenda que procura remediar essa lacuna não havia conseguido até segunda (28) o número mínimo de assinaturas dos parlamentares. Só agora o objetivo foi atingido, a poucos dias do prazo final.

Assinaturas, cabe ressaltar, não significam voto favorável, mas apenas um sinal verde para que a alteração seja considerada na Casa. No caso, eram necessários os autógrafos de 171 dos 513 deputados.

Quando apresentou sua proposta de emenda constitucional (PEC), em setembro do ano passado, o governo Jair Bolsonaro argumentou que deixava de fora juízes, procuradores e congressistas porque a regulação de tais categorias não estaria ao alcance de iniciativa do Executivo. Quase dez meses depois, a alegação não faz mais sentido.

A reforma tem o propósito de eliminar gastos exorbitantes e elevar a produtividade do funcionalismo, acabando com promoções automáticas por tempo de serviços e reduzindo o alcance da garantia de estabilidade no emprego. Numa etapa posterior haveria a revisão das estruturas de carreira, com queda dos salários iniciais.

Tudo isso vale apenas para os futuros servidores, o que já corresponde a uma rendição prematura ante o lobby poderoso das corporações estatais -que conta com o próprio presidente da República em suas fileiras. Ainda assim, as perspectivas de tramitação do texto não parecem promissoras.

A despeito da má vontade no Executivo e no Legislativo, entretanto, a realidade orçamentária não permitirá que se empurre a questão com a barriga indefinidamente.

Enquanto mínguem os recursos para todas as áreas, o Brasil continua ostentando um dos maiores gastos públicos com pessoal do mundo como proporção de sua economia -e o Judiciário mais caro entre os principais países.

Sempre cabe avaliar qual é a melhor estratégia política para fazer caminhar as correções possíveis, desde que haja persistência e visão do todo. O gradualismo é defensável e muitas vezes até desejável, mas pode se confundir facilmente com a inação covarde.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49574>

Aumento da conta de luz deve estourar teto da inflação em 2021

Douglas Gavras são paulo

A elevação em 52% da bandeira vermelha de nível 2 de energia elétrica, anunciada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta terça (29), deve aumentar a pressão sobre a **inflação** deste ano e levar o IPCA a fechar 2021 em 6,4%.

O cálculo é do economista Fabio Romão, da LCA Consultores, que destaca que, além dessa alta de monitorados, os preços industriais e de serviços devem contribuir para que o IPCA suba neste ano.

A pressão da energia elétrica fez o IPCA acelerar em maio, e o indicador oficial de **inflação** avançou 0,83% no país, após variação de 0,31% em abril. Este foi o maior resultado para maio desde 1996 (1,22%), segundo o IBGE. No acumulado de 12 meses até aquele mês, a alta chegou a 8,06%.

Pesquisa publicada pelo grupo de conjuntura do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em maio - mesmo antes do reajuste anunciado pela Aneel - já apontava que a energia elétrica, o gás de botijão e os remédios seriam os principais vilões da **inflação** este ano, levando o IPCA para acima do teto da meta para este ano, de 5,25%.

Os itens chamados preços administrados incluem **impostos** e taxas, serviços de utilidade pública com tarifas reguladas (energia elétrica e telefone), derivados de petróleo e medicamentos, por exemplo. A pressão pelos reajustes desses preços já era esperada, por terem sido represados no ano passado. Ainda assim, essa alta tem surpreendido os analistas.

"A energia vai ser um dos principais vilões deste ano. Dentre os preços administrados, o principal peso dos aumentos deve ser da gasolina (27,7%), a energia vem em seguida (11,8%). E bastante pesado, pois a energia está na formação de outros preços, pressionando indiretamente", diz Romão.

Na média, o reajuste na bandeira vermelha, cobrada para custear as usinas térmicas e compensar a crise da falta de chuvas nos reservatórios das hidrelétricas, vai ter impacto médio de 8,12% na conta de luz em junho, calcula a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Além dos impactos no bolso do consumidor, a

elevação dos preços da energia, como reflexo da crise hídrica, pode reduzir o espaço no teto de gastos do ano que vem, de acordo com nota informativa do Ministério da Economia.

O mais recente boletim Focus, do Banco Central, divulgado na segunda (28), também antes do reajuste divulgado pela Aneel, já apontava que os agentes de mercado esperavam um IPCA de 5,97% neste ano (a décima alta consecutiva, ainda mais distante do teto da meta).

A meta de **inflação** é colocada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e serve de referência para que o Banco Central eleve ou reduza a taxa básica de juros.

IGP-M desacelera em junho, e alta em 12 meses cai para 35,75%

Fernanda Brigatti

O IGP-M (índice Geral de Preços Mercado), conhecido como a **inflação** do aluguel, desacelerou e subiu 0,60% em junho, informou nesta terça-feira (29) a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Em 12 meses, o índice acumula variação de 35,75%, abaixo dos 37,04% até maio.

Segundo a FGV, a desaceleração era prevista e ocorre devido à combinação da valorização do real e o recuo dos preços de commodities negociadas em dólar, como minério, soja e milho.

O IGP-M de junho terá efeito nos contratos de locação com vencimento em julho. Nos casos em que os proprietários decidam aplicar integralmente a variação, o primeiro pagamento reajustado será em agosto. Um aluguel de R\$ 2.000 passará a R\$ 2.715, com o IGP-M atual.

A trajetória de alta do IGP-M teve início do segundo semestre do ano passado, em decorrência, principalmente, de matérias-primas brutas que são negociadas em dólar.

O descolamento do índice em relação à **inflação** oficial, medida pelo IPCA, aqueceu debates quanto ao IGP-M ser o melhor indexador para os contratos de locação, uma vez que a maior parte da composição

dele refere-se aos preços no atacado.

O INCC (índice Nacional de Custos das Construção Civil), que acumula alta de 16,88% em 12 meses até junho, responde por apenas 10% do IGP-M.

O restante é distribuído pelo IPC (índice de Preços ao Consumidor), com 30%, e pelo IPA (índice de Preços ao Produtor Amplo), com 60%.

O cenário de moeda desvalorizada e retomada da atividade econômica em países compradores de commodities brasileiras, como é o caso da China e dos EUA, melhoraram as condições para exportação, pressionando os preços no mercado interno.

Com isso, o IPA acumula alta de 47,53% em um ano - ele chegou a passar dos 50% até o mês passado.

O IGP-M ainda é a principal referência para os contratos de aluguel, sejam eles residenciais ou comerciais. A alta muito superior à **inflação** oficial a partir do ano passado levou administradoras de imóveis como Lello e Quinto Andara oferecera possibilidade de utilizar o IPCA como o indexador padrão dos contratos.

A lei do inquilinato estabelece a obrigação de os contratos preverem um índice de correção, mas não define qual.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

74

Contas do governo federal ficam no vermelho após dois meses de superávit

Fábio Pupo *brasil*

A desaceleração das despesas ligadas à pandemia do coronavírus, somada a uma expansão nas receitas federais, levou o governo a registrar superávit de R\$ 19,9 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses do ano.

O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta terça-feira (29), representa uma reversão do déficit de R\$ 222,4 bilhões registrado no mesmo período do ano passado -quando o país enfrentava o primeiro ano da pandemia e executava medidas mitigadoras com impacto fiscal mais forte (como o auxílio emergencial mais elevado e mais adiamentos de impostos).

As receitas subiram 24% em relação ao mesmo período de um ano atrás enquanto as despesas caíram 17%.

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, destacou o crescimento observado em vários itens da arrecadação e inclusive nas chamadas receitas não administradas pela Receita, representadas principalmente pelos royalties obtidos com a exploração de petróleo.

Apesar de ter sustentado um resultado no azul no acumulado do ano, o Tesouro registrou déficit de R\$ 20,9 bilhões em maio -interrompendo os resultados positivos registrados em março e abril

Embora em menor patamar do que no ano passado, as despesas com o coronavírus continuam afetando os números. Em maio de 2021, as despesas em resposta à crise da Covid-19 totalizaram R\$ 16,1 bilhões. No acumulado dos primeiro cinco meses do ano, o montante chega a R\$ 36,2 bilhões.

Esse é o terceiro pior maio da série histórica (já considerando dados atualizados pela inflação), perdendo só para 2017 e para o ano passado. No mesmo mês de 2020, foi registrado rombo de R\$ 136,8 bilhões nas contas federais.

O Tesouro afirma que o resultado de maio revela melhora das condições fiscais, gerada pelo desempenho robusto da receita, impulsionado pela inflação, acompanhado de um nível de execução das despesas abaixo do patamar do ano anterior.

"Pelo lado dos ingressos [receitas] , a atividade mais forte e a alta dos níveis de preços dão o tom da elevação, ao passo que a redução dos de sem-bolsos decorre da maior focalização das despesas de combate à pandemia, da postergação da execução de alguns programas com o atraso na aprovação do Orçamento e do esforço do governo para o controle de despesas obrigatórias", diz o Tesouro.

Para o ano, o governo tem como meta um déficit primário de até R\$ 247,1 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49574>

Aneel reajusta taxa extra de energia em 52% e já prepara novo aumento

Marlla Sabino Anne Warth / BRASÍLIA

Com o agravamento da crise hídrica e o risco de um novo racionamento de energia no País, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem um reajuste de 52% para a taxa extra embutida atualmente nas contas de luz. A chamada bandeira vermelha nível 2 passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, como forma de compensar os custos com o maior uso das termoeletricas.

O novo adicional vai valer a partir de julho.

Esse não será, porém, o único reajuste programado para os próximos meses. Ontem mesmo, a agência já abriu uma consulta pública para uma segunda correção de valores. A proposta em discussão prevê agora que a bandeira vermelha 2 (o patamar tarifário mais alto) possa ser elevada para até R\$11,50 a partir de agosto.

O reajuste já aprovado de 52% contrariou cálculos da área técnica da própria agência. Como mostrou o Estadão/Broadcast, os técnicos estimaram que a bandeira vermelha nível 2 deveria subir para algo entre R\$ 11,50 e R\$ 12,00 a cada 100 kWh.

Para o consumidor final, o novo aumento deve deixar as contas de luz, em média, 8,12% mais caras em julho. O cálculo é do economista André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV). Ou seja, uma família que tenha gastado R\$ 100 com a conta de luz agora em junho, a partir do próximo mês terá de desembolsar R\$ 108,12, se mantiver o mesmo patamar de consumo.

A pedido do Estadão, a Go Energy também fez algumas simulações.

A conta de luz de uma família que consome 200 quilowatt/ hora (kWh) por mês em São Paulo, sem considerar os **impostos**, deverá subir de R\$ 119,32 para R\$ 125,82 - aumento de 5,44%. Se comparar ao período de janeiro a abril, quando a bandeira tarifária ainda era amarela, o reajuste da conta será de 15%, ou R\$ 16. Para quem consome 100 kWh, o aumento será de R\$ 3,25 em relação à bandeira vermelha de junho e de R\$ 8 em relação à amarela.

Segundo Lucas Mendes, CEO da Go Energy, os consumidores comerciais e industriais também sofrerão impacto significativo.

No entanto, diz ele, o cenário atual criaria oportunidade para a busca de soluções como eficiência energética e compra de energia no chamado mercado livre, com vistas à redução do custo com o insumo.

Consulta. A nova consulta pública foi proposta pelo diretor Sandoval Feitosa, que afirmou que seria necessário alterar as regras do sistema das bandeiras para aprovar um reajuste no patamar sugerido pelos técnicos. Isso porque a norma atual considera 95% dos cenários calculados pelo modelo. Por isso, o diretor apresentou um reajuste de apenas 1,67%, que representaria uma cobrança adicional de R\$ 6,49 a cada 100 kWh. Essa proposta foi derrotada por 4 votos a 1.

O entendimento na agência reguladora é que o cenário crítico exigia um reajuste imediato que comportasse todos os custos das térmicas, que devem somar R\$ 9 bilhões em 2021, e desse um sinal claro aos consumidores sobre a situação já a partir de julho. Também seria importante para evitar um buraco maior na Conta Bandeiras, já que isso se refletiria em pressão nas tarifas em 2022. O déficit é repassado aos consumidores por meio dos reajustes anuais de cada distribuidora.

Hoje, essa conta já apresenta déficit de R\$ 1,5 bilhão. De acordo com as estimativas da Aneel, se fosse mantida a taxa adicional em R\$ 9,49 a cada 100 kWh até o fim do ano, haveria 46% de chances de um déficit de R\$ 2 bilhões, chegando a R\$ 3,5 bilhões. Já um reajuste para R\$ 11,50 pode minimizar o risco, mas não descartá-lo completamente. Ainda assim, haveria uma chance de 9% de que o déficit atingisse R\$ 2 bilhões. Por outro lado, esse é o único cenário estudado pela agência que poderia resultar em um superávit na Conta Bandeiras, de R\$ 2 bilhões.

"Vivemos um período muito atípico, o pior dos últimos 91 anos. Por isso, é necessário poupar água nos reservatórios das hidrelétricas e acionar todo o parque termoeletrico", disse o diretor-geral da agência reguladora, André Pepitone. "As térmicas nos dão

segurança para suprir a demanda, mas precisam de combustível para operar, e isso tem um custo, gás natural, diesel e óleo combustível." A diretoria deverá referendar o novo valor em uma outra reunião.

A proposta, bem como o novo valor, também poderá ser ajustada com as contribuições da consulta pública. Inicialmente, a intenção era que um novo valor já valesse para agosto, mas, pelo prazo de contribuição, isso talvez não seja possível e fique para setembro. / COLABORARAM DANIELA AMORIM E RENÉE PEREIRA

Advertência

"Vivemos um período muito atípico, o pior dos últimos 91 anos, por isso é necessário poupar água nos reservatórios das hidrelétricas e acionar todo o parque termoeletrico." André Pepitone DIRETOR-GERAL DA ANEEL

-

Em SP, tarifa básica da Enel vai subir 9,44%

A Aneel aprovou ontem reajuste médio de 9,44% para as tarifas cobradas pela Enel, que atua no Estado de São Paulo. No caso dos consumidores residenciais, o impacto na conta será de 11,40% e já vai valer a partir do próximo domingo. Ainda sobre os valores em conta incide a taxa extra referente à bandeira vermelha 2, que passou a ser de R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Para os consumidores atendidos em alta-tensão, como indústrias e grandes comércios, a alta média será de 3,67%.

A empresa diz que a parcela que recebe das contas de luz é usada para manutenção da rede e para investimentos na expansão e qualidade do sistema de distribuição. Antiga Eletropaulo, a Enel é a segunda maior distribuidora do País. A empresa atende 7,4 milhões de consumidores em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ISS incide na base da CPRB, diz STF

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Em sessão virtual, o plenário, por maioria, negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 1285845, com repercussão geral (Tema 1135).

De acordo com a decisão, permitir o abatimento do ISS do cálculo da contribuição ampliaria demasiadamente o benefício fiscal, acarretando violação ao artigo 155, parágrafo 6º, da Constituição Federal, que determina a edição de lei específica para tratar da redução de base de cálculo de tributo.

No caso em exame, uma empresa questionava decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que entendeu não ser possível ao contribuinte excluir o ISS da base de cálculo da CPRB, instituída pela Lei 12.546/2011. Segundo a empresa, o conceito de receita utilizado para definir a base de cálculo da contribuição extrapola as bases econômicas previstas no artigo 195, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal. Outro argumento foi a ausência de previsão legal expressa para a inclusão dos **impostos** na receita bruta da pessoa jurídica.

A União, por sua vez, destacou que a Lei 12.546/2011 enumerou expressamente todas as exclusões cabíveis da base de cálculo da CPRB e está alinhada à Lei 12.973/2014, que objetivou internalizar conceitos internacionais de contabilidade.

Para o ministro Alexandre de Moraes, autor do voto condutor do julgamento, aplica-se ao caso o precedente firmado no julgamento do RE 1187264 (Tema 1.048 da repercussão geral), quando o tribunal confirmou a validade da incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) na base de cálculo da CPRB. O ministro recordou que a Lei 12.546/2011 instituiu, em relação às empresas nela listadas, a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de salários pela CPRB e que, após alterações promovidas pela Lei 13.161/2015, o novo regime passou a ser facultativo.

No seu entendimento, o legislador adotou o conceito de receita mais amplo como base de cálculo da CPRB, que inclui os **tributos** incidentes sobre ela. Logo, a empresa não poderia aderir ao novo regime por livre vontade e, ao mesmo tempo, querer se beneficiar de

regras que não lhe sejam aplicáveis. Permitir a adesão ao novo regime, abatendo o ISS do cálculo da CPRB, ampliaria demasiadamente o benefício fiscal, acarretando violação ao artigo 155, parágrafo 6º, da Constituição, que determina a edição de lei específica para tratar sobre redução de base de cálculo de tributo.

De acordo com o ministro Alexandre de Moraes, o Supremo, caso acolhesse a demanda, estaria atuando como legislador, modificando as normas tributárias, o que resultaria em violação, também, ao princípio da separação dos poderes.

Cofres municipais - Ficaram vencidos os ministros Marco Aurélio (relator) e as ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber, que acolheram o recurso da empresa. Segundo o relator, é ilegítima a inclusão do ISS na base de cálculo da CPRB, pois os valores relativos ao imposto se destinam aos cofres municipais e não integram patrimônio do contribuinte.

A tese de repercussão geral firmada foi a seguinte: "É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)". (As informações são do STF)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-30-06-2021/>

O mérito de uma terceira via (2)

» **ARMANDO CASTELAR**

A pesquisa do Instituto Ipec, divulgada semana passada, reforçou a previsão de um cenário de forte polarização entre o ex-presidente Lula e o atual presidente nas eleições presidenciais de 2022. Lula aparece à frente, com 49% das intenções de voto, mais que o dobro dos 23% de Jair Bolsonaro. Se considerarmos apenas os votos "válidos", descontando brancos e nulos (10%) e indecisos (3%), teríamos uma vitória do ex-presidente no primeiro turno da eleição. Tenho argumentado que esses resultados refletem o quadro eleitoral de hoje, o qual provavelmente não se manterá o mesmo até daqui a 16 meses, quando as eleições ocorrerão. Duas variáveis, com razoável influência sobre as intenções de voto, tendem a mudar esse quadro.

Primeiro, a pandemia deve estar controlada no início do próximo ano, deixando de ocupar as principais manchetes dos jornais. Até o último fim de semana, o Brasil tinha vacinado 33,5% de sua população com a primeira dose e 12,0% com duas doses. Nas quatro semanas anteriores, foram 30 milhões de doses aplicadas, mais de um milhão por dia, em média. Mantido esse ritmo, teremos toda a população adulta vacinada ainda em 2021.

Segundo, a retomada da economia vai avançar. Em 2021, esta dependeu de altos preços de commodities e uma taxa de câmbio que dá competitividade à indústria. O controle da pandemia vai mudar esse quadro, estimulando o setor de serviços, com a demanda alavancada por as famílias terem acumulado, de um lado, uma poupança elevada e, de outro, uma grande demanda reprimida por serviços, como turismo e outras atividades intensivas em trabalho. Isso vai alavancar o emprego e a renda, o que também contribuirá para a queda da inflação, reforçando a recuperação da economia. Até por isso, considero pessimista a previsão mediana dos analistas de mercado, para quem o **PIB**, depois de crescer 5,1% este ano, deve aumentar "apenas" 2,1% em 2022.

Isso não vai impedir, claro, que Lula e Bolsonaro insistam na polarização entre ambos e façam uma campanha que, acredita-se, será baseada em ampliar a rejeição que o eleitorado tem pelo outro. A propaganda contra Lula com certeza lembrará dos escândalos do Mensalão e do Petrolão. Aquela contra Bolso-naro baterá na triste e ainda fresca memória das, provavelmente, mais de 600 mil mortes que o Brasil terá sofrido devido à covid.

O esforço dos dois candidatos líderes nas pesquisas em promover a polarização, buscando ampliar a rejeição um do outro, vai abrir um importante espaço para um(a) candidato(a) de centro, uma terceira via, pois forçará Lula e Bolsonaro a manterem suas posições nos extremos do espectro político. Para ocupar esse espaço de centro e ser competitivo, porém, esse terceiro competidor precisará ser mais do que "nem um nem outro".

Para isso, deve contribuir tirarmos a pan-demia e a atual recessão do centro da pauta eleitoral. Isso abrirá espaço para uma candidatura menos focada na propaganda negativa e mais em olhar para frente, em propor soluções para nossos tantos desafios. Como, por exemplo, o que fazer para acelerar o crescimento de nosso **PIB** per capita, que deve fechar este ano 4,5% menor do que 10 anos atrás. E para reverter o aumento da pobreza e da desigualdade gerado por essa década perdida, em um quadro fiscal complicado e com o avanço no uso de novas tecnologias ameaçando o emprego daqueles com baixo nível educacional. A pesquisa do Ipec não revela quem seria esse candidato. Nela, Ciro Gomes aparece com 7% das intenções de voto, João Doria com 5% e Luiz Mandetta com 3%. Obviamente, daqui até outubro de 2022, eles podem ampliar esses números, assim como podem surgir novos candidatos.

Parece-me fundamental que algo assim aconteça, de forma a estimular um debate eleitoral em cima de propostas, em vez de focar na polarização e em ver quem é mais rejeitado. Isso não apenas porque de outra forma se roubará do país a oportunidade de discutir respostas para seus problemas, que não são poucos nem vão desaparecer sozinhos. Também importante é o risco de que uma eleição muito polarizada e construída em cima da raiva gere um clima que depois impeça quem for eleito de governar adequadamente. É dizer, de a eleição não colocar um fim à disputa, especialmente se o resultado for apertado, como bem exemplifica o caso da recente eleição no Peru. Ainda que possa não parecer à primeira vista, o surgimento de um candidato de centro competitivo vai ser bom para todo mundo.

Coordenador de economia aplicada do Ibre/FVG e professor do IE/UFRJ

Conta de luz sobe e puxa mais aumentos

Alta em sobretaxa onera custo da energia, com efeito dominó sobre preços. E já há outros reajustes previstos

Com reservatórios em baixa, a conta de luz dos brasileiros começa uma escalada que já significou alta de nada menos que 52% no valor da bandeira vermelha patamar 2, que passará de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts/hora consumidos. O impacto do reajuste, mais que o dobro dos 21% previstos, deve ser aumento de R\$ 8,12 em média para os consumidores, segundo a Fundação Getulio Vargas. Não será o último: o próximo deve ser anunciado já no mês que vem, com projeção de elevação da mesma bandeira para até R\$ 12, o que representaria um salto na casa dos 80% em relação aos valores atuais. Resultado de deliberação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que decidiu por abertura de consulta pública para mudança nos cálculos da sobretaxa.

E os impactos para o consumidor não ficarão restritos ao preço da conta de luz, explicam especialistas. Assim como pesa no orçamento doméstico, a energia vai onerar o caixa das indústrias, do comércio e dos serviços, com reflexos nos preços cobrados por seus produtos e, conseqüentemente, sobre a inflação, que tende a superar a meta do governo. A sobretaxa é resultado do aumento dos custos de produção do setor elétrico, com a escassez de chuva e a necessidade de acionar usinas térmicas, mais caras. Com reservatórios das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste - que detêm 70,1% da capacidade de armazenamento do país - abaixo dos 30%, a previsão é de que a bandeira vermelha no patamar mais alto vigore até novembro, início do período chuvoso.

PÁGINAS12E1

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/06/2021/p17>

"Esse debate de comunismo é superado"

Como o Brasil se situa hoje face à China?

A China é hoje o grande global player. É o maior exportador, está na fronteira do desenvolvimento tecnológico mundial, tende a assumir a posição de liderança econômica, ultrapassando os Estados Unidos. Tudo isso repercute no mundo e também no Brasil. A China é o maior parceiro comercial do Brasil. As transformações tecnológicas chinesas têm efeito sobre o mundo em geral, e sobre o Brasil em particular. Toda a nossa discussão sobre democracia e liberdade tem de ter contraponto nas transformações mundiais - o que foi o fracasso do projeto comunista, o que é a crise contemporânea do mundo ocidental, inclusive o crescimento das desigualdades, e o que são os experimentos novos, como podem nos impactar. Há outros assuntos específicos que podem ser relacionados: do ponto de vista da corrida científica e tecnológica; do papel da cultura dos diferentes povos em seus processos históricos e de desenvolvimento; todo contraste entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento, entendido como bem-estar para a humanidade; todas as dimensões das relações internacionais dos diferentes países, como o comportamento do cotidiano das pessoas, desigualdade social, inflação, como câmbio, balanço de pagamento afetam de forma diferenciada os povos; o mundo está cada vez mais integrado. A globalização é fenômeno contemporâneo, qual é o futuro do trabalho à luz das mudanças tecnológicas em curso, da inteligência artificial, da engenharia genética, como a humanidade se situará diante de tudo isso. São perguntas para refletir sobre o mundo e sobre o Brasil. Não é análise específica sobre o Brasil, mas as perguntas todas servem para analisar o mundo e o Brasil, porque são de impacto generalizado, embora de forma diferenciada segundo as condições e características de cada país.

Embora a China seja o maior parceiro comercial do Brasil, membros do governo federal atacam a China. Qual é a racionalidade desse comportamento?

Do ponto de vista do interesse, cada país defende os seus interesses econômicos. A ideologia vem em segundo lugar. Em toda

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/06/2021/p17>

FGTS: Trabalhadores receberão R\$ 5,9 bi de lucro

GERAL DA DOCA geraWa@bsb.oglobo.cotn.br
BRASÍLIA

O Conselho Curador do FGTS deverá distribuir aos trabalhadores R\$ 5,9 bilhões do lucro auferido em 2020, que foi de R\$ 8,5 bilhões. Os recursos serão destinados aos cotistas que tinham saldo nas contas em 31 de dezembro. O dinheiro será distribuído de forma proporcional ao saldo do trabalhador.

O valor representa 70% do resultado e será oficializado pelo colegiado em julho. A ideia é repor, pelo menos, a **inflação** medida pelo IPCA em 2020, que foi de 4,52%, disse um conselheiro.

A Caixa Econômica Federal fará o crédito nas contas do FGTS em agosto. O dinheiro incorpora o saldo e só poderá ser retirado nas condições normais de saque, como demissões sem justa causa, compra da casa própria, aposentadoria, saque-aniversário e doenças graves.

MELHORAR A RENTABILIDADE

As contas do FGTS relativas a 2020 foram aprovadas ontem pelo Conselho Curador e deverão ser divulgadas em detalhes hoje, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

A remuneração das contas do FGTS é de 3% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR), atualmente zerada. Um dos objetivos da distribuição de parte do lucro é melhorar a rentabilidade para os trabalhadores.

Com a medida de distribuir parte do lucro, o ganho deve superar a **inflação**. No ano passado, o FGTS distribuiu entre os cotistas R\$ 7,5 bilhões do lucro registrado em 2019, que foi de R\$ 11,3 bilhões.

Em 2020, o FGTS teve receitas de R\$ 33,4 bilhões e despesas de R\$ 25 bilhões, com lucro líquido de R\$ 8,467 bilhões. O ativo consolidado atingiu R\$ 570,3 bilhões, enquanto o patrimônio líquido ficou em R\$ 113,1 bilhões.

No ano passado, para amenizar os efeitos da pandemia de Covid-19, o governo recorreu ao FGTS em várias frentes. Autorizou o saque emergencial das contas vinculadas, o que injetou na economia R\$ 24,2 bilhões e beneficiou 31,7 milhões de trabalhadores;

suspendeu o recolhimento do FGTS por três meses para 800 mil empregadores e autorizou pausa no pagamento das prestações do crédito habitacional para 1,4 milhão de mutuários.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Paulo Guedes destila preconceitos e maldades contra quem tem fome (2)

Wadson Ribeiro

Ao longo de quase três intermináveis anos de governo, o ministro da Economia Paulo Guedes coleciona uma série de frases de efeito que quase sempre deixam escapar sua visão distorcida e elitista da realidade brasileira. Na última delas, sugeriu resolver o problema da fome, que se aprofundou nos últimos meses em função da pandemia e da catastrófica política econômica dirigida por ele, ofertando aos famélicos as sobras de comidas dos restaurantes, dos lares e permitindo aos mesmos, o consumo a preços reduzidos de produtos com data de validade vencida. Parece piada de mau gosto, mas é exatamente assim que o governo brasileiro encara o aumento da miséria.

Durante o Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, promovido pela ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), o ministro da Economia em seu pronunciamento defendeu a mudança da regra que trata da validade dos alimentos para propiciar à população de baixa renda adquirir esses produtos a preços menores. Além disso, culpou a classe média pelo desperdício nas refeições e sugeriu que as sobras dos restaurantes deveriam alimentar quem tem fome. Tais declarações, além de infundadas e desrespeitosas, significam uma ofensa a um país com a produção de alimentos que possui o Brasil e que jamais deveria viver sob a ameaça da insegurança alimentar.

Em primeiro lugar é triste constatar que em um país com mais de 19 milhões de pessoas convivendo com a fome, 30% dos alimentos produzidos sejam desperdiçados. Contudo, para esclarecer ao ministro, é importante dizer que a colheita, o transporte, o armazenamento, as perdas no comércio e no varejo representam mais de 90% desse descarte. Combater o desperdício significa políticas do governo em infraestrutura para melhorar as condições de transporte de nossos grãos, com novas estradas, ferrovias e hidrovias. Apoiar a mecanização no campo, o armazenamento dos alimentos nas fazendas e investir na agricultura familiar. A população brasileira é bastante solidária e divide o pouco que tem.

A pandemia nos traz inúmeros exemplos, mas isso tem limites quando se trata de um problema que apenas uma política de governo é capaz de resolver.

Infelizmente, o CadÚnico (instrumento de coleta de dados e informações de famílias de baixa renda para fins de inclusão em programas de assistência social) registra atualmente cerca de 14,5 milhões de famílias (aproximadamente 40 milhões de pessoas) em situação de extrema pobreza.

Este número mostra ainda um crescimento de um milhão a mais de famílias (com renda per capita de até 89 reais) se comparado com fevereiro de 2020. Outras 2,8 milhões de famílias vivem com renda per capita entre 90 e 178 reais, o que torna a situação social do país ainda mais dramática.

Se Paulo Guedes estivesse preocupado em combater a fome, as políticas econômicas implementadas por seu Ministério seriam outras e ele não estaria contra um auxílio emergencial digno, nem tampouco o desemprego seria tão alto e a **inflação** sobre os alimentos e os combustíveis não subiria tanto. É uma contradição o ministro falar da fome no Brasil para uma plateia de donos de supermercados, justamente um setor que lucrou tanto com a pandemia.

A fome no Brasil é eminentemente uma decisão política.

Somos um dos maiores produtores mundiais de grãos e de proteína animal. Dominamos, através de institutos de pesquisas e de universidades, as mais modernas tecnologias de plantio e de criação de animais. Temos uma complexa indústria alimentícia que exporta para várias partes do mundo. A população mais pobre do Brasil não merece comer as sobras de restaurantes ou produtos vencidos das prateleiras dos donos de supermercados. O aumento da miséria é diretamente proporcional ao abandono das políticas sociais e ao aprofundamento das crises sanitárias e econômicas que assolam o Brasil sob os comandos de Bolsonaro e de Paulo Guedes.

Depois de reclamar da entrada do filho do porteiro na universidade, afirmar que empregada doméstica não pode ir à Disney e chamar funcionário público de parasita, agora chegou a vez de o ministro da Economia desdenhar de quem tem fome.

Crise hídrica e o efeito nas finanças pessoais

(2)

Myrian Lund economista e professora dos MBAs da FGV

A baixa acentuada do nível de água nos reservatórios, por falta de chuvas, impactou o fornecimento de energia via hidrelétricas, tendo o país que apelar para as termelétricas, fonte mais cara de energia, principalmente no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, onde a escassez está sendo mais severa, com repercussão sobre o preço da energia elétrica mediante o acionamento de bandeiras tarifárias.

Essas bandeiras interferem no nosso orçamento familiar em decorrência do aumento da conta de luz.

Além desse, outros aumentos estão impactando nossas contas, como preço dos alimentos, combustível, material de construção, gás de cozinha, entre outros.

Com tanto aumento, a **inflação** no Brasil medida pelo IPCA está em 8,06% ao ano quando a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3,75%, com uma margem para chegar a 5,25%aa. Como a **inflação** está bem acima do limite, o Banco Central iniciou um processo de aumento da taxa de juros nas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária).

A expectativa é de a taxa de juros Selic (meta) chegar em dezembro/ 2021 a 6,5% e a **inflação** fechar o ano em torno de 6%. Vamos torcer para a **inflação** ceder com o aumento da taxa Selic. Bom para a Economia e bom para o nosso bolso.

Qual o aprendizado que extraímos para nossa vida financeira? No momento de vacas gordas precisamos nos planejar, usar o dinheiro para fazer uma reserva e para investimentos para o futuro: compra de um apartamento, formação de uma aposentadoria, ou seja, construir ativos.

Ativos são bens e direitos que você constitui durante a sua vida: bens imóveis, aplicações financeiras, terrenos, entre outros.

No decorrer da vida tem fatores que são imprevisíveis, não esperados, e que precisamos estar preparados. Por isso buscamos planos de saúde, seguros de vida, seguro do automóvel, seguro do imóvel, seguro funeral, que são usados em caso de necessidade.

Aliás, torcemos para não precisar usar, mas se necessário, são sempre muito bem-vindos.

É necessário incluir neste rol a reserva de emergência, uma reserva que você vai fazer progressivamente, na poupança ou no CDB (Banco) ou no RDC (Cooperativa de Crédito), sempre com direito a liquidez diária (usar a qualquer momento).

Como fazer uma reserva de emergência?

1) Aplique todo dinheiro que conseguir economizar no dia a dia, seja R\$ 5,00, R\$ 10,00 ou qualquer outro valor.

2) Resgate o velho cofrinho para guardar as moedas e, posteriormente, converter em aplicação.

3) Estabeleça um valor, por exemplo R\$ 100 ou um percentual, 10% do valor do seu salário e/ou das entradas de recursos e coloque numa aplicação. Este é um presente que você se dará todos os meses e garanto que vai te trazer uma felicidade que você não imaginava.

4) Defina metas para a reserva de emergência: ter guardado um mês do seu gasto mensal, depois vai ampliando até chegar a seis meses do gasto mensal. Exemplo: se você gasta R\$ 5 mil/mês, a reserva de emergência deve ser de R\$ 30 mil (6 x R\$ 5 mil). Comece com o que é possível, mesmo que seja R\$ 1.

5) Comece hoje! Não deixe o viés da procrastinação ("Começo semana que vem") te picar.

Myrian Lund economista e professora dos MBAs da FGV

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9242/30-06-2021.html>

Relatora quer fim de cota para candidatas mulheres

MARLEN COUTO *mar len ,couto@og lobo.com.br*

A relatora da comissão de **reforma política** da Câmara, Renata Abreu (Podemos-SP), pretende incluir na proposta em discussão na Casa o fim da obrigatoriedade do cumprimento, pelos partidos, da cota de 30% de candidaturas de mulheres nas eleições. Pela nova regra, as legendas não precisarão equilibrar as candidaturas de homens e mulheres, se não atingirem o percentual mínimo de candidatas.

Na prática, se um partido tem cem candidaturas, pode lançar até 70 homens e, no mínimo, 30 mulheres. No novo modelo, poderá manter os 70 homens candidatos mesmo que lance um número menor de mulheres. Especialistas afirmam que a medida representa um retrocesso na ampliação da participação feminina na política.

A mudança, se aprovada, acompanharia a criação de uma cota de 15% das cadeiras do Legislativo nas três esferas -federal, estadual e municipal - para mulheres, que é defendida pela relatora. O percentual ainda é alvo de negociação na Câmara. Outro ponto analisado pela comissão é um dispositivo que estabelece que o número de mulheres eleitas valerá o dobro no cálculo do fundo partidário.

Segundo Renata Abreu, o objetivo do fim da obrigatoriedade da cota de candidaturas é fazer com que os partidos não forcem as mulheres a serem candidatas apenas para cumprir a determinação, como ocorre hoje. A deputada afirma que pretende manter, por outro lado, a destinação de 30% dos recursos de campanha para candidaturas femininas. Para a parlamentar, os partidos não vão ter interesse em não atingir a cota, porque deixam de lançar mais candidatos na disputa: -Acredito que, como se está mantendo os recursos, vai ser mais efetiva a eleição de mulheres. Quando se instituiu a cota de candidaturas lá atrás, não houve um crescimento de fato de mulheres eleitas. Isso só aconteceu com a reserva de recurso na última eleição.

Professora e coordenadora do Programa Diversidade da FGV Direito Rio, Lígia Fabris avalia que a proposta acaba com a cota de candidaturas, já que o país deixaria de ter um mecanismo para controlar quantas mulheres, no mínimo, e quantos homens, no máximo, os partidos vão lançar. Ela também aponta que o país

retrocede à legislação anterior, na qual as siglas tinham que reservar, não preencher, os 30%.

Ainda segundo a pesquisadora, com esse desenho, a mudança pode até impossibilitar o cumprimento da reserva de 15% das vagas no Legislativo sugerida pela comissão, porque seria possível não lançar candidatas suficientes para ocupá-las.

-A proposta desconsidera pontos que são fundamentais: não mexe na formação de quadros de mulheres e não equilibra a proporção de candidaturas de homens e mulheres, colocando a desculpa na dificuldade de ter mulheres como candidatas. E por que temos dificuldade? O discurso é o de que as mulheres não se interessam, quando na verdade há toda uma estrutura que as impede de entrar na política-afirma Fabris.

LÓGICA CONTRA MUDANÇA

A pesquisadora ressalta que a proposta de manter apenas a cota de 30% para os recursos de campanha, sem obrigatoriedade do mínimo de candidaturas, entra em conflito com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que criou a regra em 2018.

Professora da Uerj especializada no debate sobre desigualdade de gênero, Clara Araújo destaca que a medida desestimula novas candidaturas de mulheres e pode levar os partidos a concentrarem recursos naquelas que já foram eleitas ou têm longa trajetória nas siglas: -Se você não tem obrigatoriedade, exclui-se as mulheres que estão começando e se mantém quem já está há muito tempo. É uma lógica de não mexer no que já está estabelecido. Os homens precisam reduzir sua participação, ou não faz sentido.

"Há toda uma estrutura que impede as mulheres de entrarem na política" Lígia Fabris, coordenadora do Programa Diversidade da FGV Direito Rio

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>